

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**OUTRAS FACES DA LIBERDADE:
FUGAS E FUGITIVOS ESCRAVOS NO AMAZONAS IMPERIAL**

Bolsista: Ygor Olinto Rocha Cavalcante

MANAUS
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-H/0016/2008

OUTRAS FACES DA LIBERDADE:

FUGAS E FUGITIVOS ESCRAVOS NO AMAZONAS IMPERIAL

Bolsista: Ygor Olinto Rocha Cavalcante

Orientadora: Dra. Patrícia Maria Melo Sampaio

MANAUS

2009

RESUMO

Por um longo tempo a historiografia local ignorou as experiências dos escravos no Amazonas, reduzindo suas trajetórias na Amazônia à simples constatação de sua suposta irrelevância para a economia local. Esta postura fez silenciar importantes aspectos da vida escrava e a fuga foi um dos mais significativos. Na contramão dessa análise, este trabalho buscou identificar os perfis dos fugitivos (sexo, idade, destino e origem das fugas), suas trajetórias e vivências cotidianas, utilizando os anúncios e notícias de fuga/captura publicados nos jornais que circularam na Província no período de 1854-1870. Com o objetivo de recuperar os fios do tecido de experiências da vida dos escravos fugidos da região, construímos os seus perfis, tentamos identificar suas estratégias de fuga e de negociação, suas intenções, suas variadas formas de fazer política, bem como os mecanismos de repressão/coibição de que se valeram os seus proprietários. O estudo revelou uma forte tendência por parte do aparelho policial em reprimir não só os movimentos dos escravos e de grande parte da população de “cor”, mas também de vários aspectos do cotidiano “negro” da cidade. Desse modo, como palco principal da resistência dos escravos na Província, temos a pequena e inóspita Manaus cujo espaço urbano permitiu o contato entre sujeitos pertencentes a diferentes categorias sociais intensificado nesse processo de repressão. Mais do que “irrelevantes”, sujeitos construtores de espaços de liberdade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO	12
3. DESENVOLVIMENTO.....	21
3.1 Dos perfis.....	21
3.2 Dos rastros de uma “Manaus- esconderijo”	27
3.3 Das marcas da escravidão: sinais e doenças dos fugitivos... ..	40
3.4 Dos espaços compartilhados: escravos, gentios e africanos nas seções policiais... ..	47
4. CONCLUSÃO.....	60
5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	63
6. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

1. INTRODUÇÃO

Mas logo se ergueria, a vida, o espelho, atrás deles um rumor. É que o mar em que Andara afundará também vem vindo. E se atiram para frente, fugindo dessa água negra e na direção da areia que o vento anunciou. Longe. E não atingem a ilha. E fogem mais. E buscam mais...¹

Vicente Cecim

Os ventos anunciavam tempos de liberdade. Era novembro de 1851. Embarcados em um escaler de madeira itaúba com toldo de cedro, cinco escravos fugiam do engenho de Palheta, distrito da Vila de Muaná, Província do Pará. Fugiam para o Amazonas. Talvez o destino tenha sido escolhido por Felipe que, anos antes, vivera foragido na Vila Nova da Rainha (Província do Amazonas) e, com efeito, poderia ainda guardar antigas amizades e possíveis acoutadores do tempo em que lá esteve. Manoel, “preto retinto, rosto redondo, figura ordinária, gordo, pés grossos”, tal qual seu irmão Felipe, possuía cravos no corpo resultado de uma doença cutânea tipicamente intertropical que atingia geralmente a palma das mãos e as solas dos pés, pequenas bolas que se assemelhavam por sua cor “rubra-escura” a picadas de pulgas. Segundo o dicionário de medicina popular de Chernoviz, esta “moléstia” teria sido introduzida no Brasil pelos negros da África, sendo muito conhecida nas Antilhas e na chamada Costa d’África ².

A salvo das “boubas” mas não das violências da escravidão estava Ignez, escrava atapoiada, que trazia na falta de parte do seu nariz as marcas do cativo. Levava consigo um casal de filhos gêmeos: o menino se chamava José e a menina Luzia.

¹ CECIM, Vicente. *Viagem a Andara, o livro invisível*. São Paulo: Iluminuras, 1988, p. 272

² CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de medicina popular*. 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. pp.357-358.

Como diria Eurípedes Funes, era preciso ser um “mestre das matas” para obter sucesso nas fugas na Amazônia³. Afinal, fugir não é tarefa fácil, sobretudo no ambiente hostil amazônico com densas matas, rios caudalosos, corredeiras, cachoeiras e longas distâncias entre os lugares e as propriedades.

Um ano depois estavam todos residindo na vila de Silves e Manoel já havia conseguido um emprego público – como porteiro da Câmara municipal – acionando, ao que tudo indica, uma complexa rede de solidariedade. Malgrado todas as requisições feitas pelo seu proprietário (e dos demais) enviadas as autoridades policiais tanto do Pará quanto do Amazonas dando nota dos sinais característicos dos cativos, Manoel contou com o intermédio do Capitão Comandante de Trabalhadores e 4º suplente da subdelegacia de Silves, Antonio Ferreira das Neves. E ainda com o auxílio do 2º suplente da mesma subdelegacia, Manoel Ferreira das Neves.

Ignez teve mais três filhos e Felipe, tocador de viola, passou a trabalhar como cabo na companhia de trabalhadores da Vila de Silves. Mas a má sorte parecia estar reservada a esses indivíduos. Nove anos depois de suas fugas das propriedades do senhor Amanajás, nossos fugitivos foram denunciados ao Dr. Chefe de Polícia de Manaus. Chegava-lhe a informação de haver oito escravos acoitados por autoridades públicas na vila de Silves. Ato contínuo o chefe de polícia enviou para a dita vila, no dia 03 de março de 1860, uma bem equipada diligência policial a fim de capturar os fugitivos. A diligência aportou em Silves no dia 05 do mesmo mês e capturou a todos, exceto Felipe, que segundos antes de ser preso pelos policiais logrou fugir sem deixar rastros.

A má sorte estava reservada também aos “protetores” de Ignez e seus companheiros. No dia 07 de março, o Presidente da Província do Amazonas assinava portaria demitindo do serviço

³ FUNES, Eurípedes A.. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”: Historia e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: historia dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 471.

público os suplentes da subdelegacia de Silves, Antonio e Manoel Ferreira das Neves, acusados do crime de acoutamento de escravos fugidos. Ainda que fortes suspeitas tenham sido levantadas contra o presidente da Câmara Municipal de Silves a sua demissão não se efetivou. Por fim, estava ao cargo do Chefe de Polícia do Pará a responsabilidade de investigar o emaranhado de relações que se materializou no intrigante acoutamento de Ignez, Manoel, Felipe, José e Luzia. Afinal de contas, acoutamento de escravos era um crime gravíssimo contra a propriedade e a ordem social escravista. E nesse caso fora cometido pelas próprias autoridades policiais.

O mal-estar que as fugas causavam era tanto, sobretudo se considerarmos acoutamento neste nível, que o periódico *Estrella do Amazonas* logo tratou de, efusivamente, louvar o que chamou de “importante captura” dos sete escravos fugidos. Em comunicado publicado no dia 21 de março de 1860, declarava:

Todo o rigor na repressão de crimes d’esta ordem, que não só prejudica os interesses da lavoura, como também a tranqüilidade publica, é pouca e por isso como escriptor imparcial muito louvamos a sua ex^a pela destituição d’aquellas autoridades, e ao sr. dr. Chefe de policia pelas promptas e acertadas providencias para a captura dos referidos escravos.⁴

O caso de Ignez causou significativa conturbação na pacata vila de Silves. Daí a publicação de vários “rastros” de sua fuga no *Estrella do Amazonas* em diferentes seções: **Comunicados, Anúncios, Extratos de Atividades do Governo da Província e Seções Policiais**. Esses vestígios publicados nos jornais do Amazonas revelam importantes aspectos da vida de escravos na região, de suas experiências de luta e a dura realidade que afligia os fugitivos escravos da Região Amazônica.

O presente trabalho busca compreender as fugas escravas enquanto parte do processo histórico que envolve as lutas sociais sob o escravismo. O objetivo central deste trabalho é

⁴ Centro de documentação e Apoio à Pesquisa – CENDAP/PPGSCA (UFAM). *Jornal Estrella do Amazonas*, 1859-1863, R- 108 – 53 (Microfilme).

apreender as realidades das fugas e dos fugitivos escravos no Amazonas Imperial. Para tanto, escolhemos traçar perfis dos fugitivos tais como sexo, idade, ofício, cor, origem e destino das fugas – recuperando a natureza das fugas (se individuais ou coletivas).

Buscaremos os rastros e vestígios dos fugitivos nos periódicos que circularam no Amazonas no período de 1852 a 1870. Com eles, temos como objetivo recompor, na medida das possibilidades, as estratégias senhoriais de repressão, bem como as estratégias que os próprios escravos utilizaram para a construção de redes de solidariedade para a manutenção de sua liberdade.

Segundo Flávio Gomes, as fugas escravas e a formação de comunidades de fugitivos apresentam-se como importantes formas de resistência e de luta pela liberdade dos escravos no Brasil. No entanto, pouca atenção tem sido dada às fugas e mesmo os trabalhos mais contemporâneos apresentam-nas como atos banalizados, repetitivos, esvaziados de sentido político, reduzidas à anomia e alienação ao serem enfatizadas os aspectos puramente econômicos do ato de evadir-se.⁵

Novas reflexões têm revelado um quadro bem mais complexo para o processo das fugas, à medida que se procura sair do campo de análise simplista e reducionista⁶. Afinal, fugir demanda estratégias das mais variadas possíveis. Do mesmo modo, diferentes estratégias são exigidas para que o cativo se mantenha foragido, escondido de seus senhores e a salvo dos captores e aparelhos policiais. Trocar de nome, passar-se por forro ou mesmo Africano Livre foram alguns dos estratagemas utilizados pelos fugitivos. Em última instância, a iminente captura exigiria a

⁵ GOMES, Flávio dos Santos. “Jogando a Rede, Revendo as Malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 74.

⁶ SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.75.

elaboração de novas rotas de fuga e a construção de outras redes de solidariedade para o sucesso da evasão.

Se a preocupação da historiografia nacional com as fugas é incipiente, para o Amazonas ela é inexistente. Até porque, falar em escravidão negra no Amazonas pode soar absurdo para os ouvidos do senso comum e mesmo para os da comunidade acadêmica. Isto porque longos anos de silenciamento acobertam as trajetórias das populações afro-descendentes na Região. Trajetória que começa, segundo Arthur Reis, nas últimas décadas do século XVI quando os ingleses tentaram sem sucesso conquistar as terras do “extremo norte”.⁷ Em meados do século XVIII a vinda de africanos passa a ser sistemática com os incentivos da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão que estabelece uma conexão direta entre a Amazônia Portuguesa e os portos africanos. Segundo Eurípedes Funes, em um primeiro momento a mão-de-obra negra que aqui chegou foi empregada nas lavouras de cacau e num segundo momento na agricultura e na pecuária⁸.

É certo que para a Amazônia não encontraremos em termos quantitativos números tão expressivos quanto para outras regiões brasileiras em que pese suas respectivas atividades econômicas, assentadas eminentemente no braço negro – caso das grandes fazendas de café, engenhos de açúcar e regiões de mineração intensiva⁹. E sob esta perspectiva o espaço ocupado pela presença negra na historiografia local acompanha a sua (ir)relevância econômica.

No entanto, a chave para a análise da presença de africanos na região está no qualitativo desta presença. Segundo Patrícia Sampaio, o que se deve ter como questão sobre a presença

⁷ REIS, Arthur C. F. O negro na empresa colonial portuguesa. In: REIS, A. C. F. *Tempo e Vida na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965. Série Alberto Torres, Vol. 03, pp. 143-156.

⁸ FUNES, Eurípedes A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”: História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p 470.

⁹ Idem, *Ibidem*.

africana na região é a “própria montagem e reiteração de uma sociedade escravista cuja lógica não se limita ao número de almas disponíveis nos plantéis”. Ainda seguindo o raciocínio de Sampaio, a presença de africanos “reitera relações de subordinação e poder que dão vida ao próprio sistema escravista”.¹⁰ Além do mais, segundo Carlos Barcellar, a Historiografia desconsiderou a importância da chamada “escravidão miúda” negligenciando as experiências de importante parcela da sociedade colonial, por exemplo. Ao enfatizar a grande lavoura monocultora e os vastos plantéis, pouco se discutiu o “uso restrito do escravo em pequenas unidades agrícolas, no comércio local, na tenda do artesão ou na casa da costureira”.¹¹

O presente projeto incorpora-se às atividades do grupo de pesquisa HINDIAA (Historia Indígena e Africana na Amazônia), e está vinculado ao POLIS (Núcleo de pesquisa em política, instituição e práticas sociais), que com pesquisas recentes tem revelado outras histórias da escravidão no Amazonas. Revelam, por exemplo, que indígenas, escravos (descendentes e africanos) e africanos livres compartilharam experiências, vivências e conflitos no espaço de trabalho nestes confins do Império Brasileiro. Cruzando mundos, diluindo fronteiras, forjando espaços de liberdade.

Para a elaboração deste relatório final foram trabalhados todos os seis periódicos que compõem o corpus documental deste projeto, a saber, Estrella do Amazonas (1854-1863), O Catechista (1862 – 1871), A Voz do Amazonas (1866 –1867), Jornal do Rio Negro (1867 – 1868), Correio de Manaus (1869), Comércio do Amazonas (1870). Foram coletados os seguintes dados: 34 anúncios computando 44 fugitivos constituindo um importante Banco de dados. Nossa atenção também se debruçou sobre as notícias de fuga/captura de escravos e a maioria dessas

¹⁰ SAMPAIO, Patrícia Melo. Teias da Fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. *Mneme - Revista de Humanidades - Publicação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Caicó: UFRN-CERES, v.3, n.6, out./nov. de 2002, p. 8

¹¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A Escravidão miúda em São Paulo Colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.239.

notícias foram coletadas das seções policiais dos periódicos citados supra. As seções de polícia possuem algumas particularidades que não puderam, evidentemente, ser descartadas. Como sua função era noticiar o movimento geral das delegacias da Província foi imperioso coletar todo esse movimento de prisões, criando, desse modo, um conjunto de informações sobre as prisões na Província e a melhor análise do local ocupado pelos crimes envolvendo fugas escravas dentro desse conjunto da atuação policial no Amazonas. Guardada as limitações documentais, também foi possível a construção de um banco de dados com o resultado desta coleta que é bastante significativo: 636 prisões para um período de oito anos (1858-1865; 1868).

2. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Seguindo a avaliação historiográfica feita por Flavio Gomes, é possível visualizar três momentos para os estudos das experiências de africanos e afro-descendentes no Brasil. Teríamos num primeiro momento a historia da “Escravidão generalizante” seguida de uma historia do “Escravidismo” e posteriormente uma historia dos “Escravos”.

Quando Gomes fala dos estudos generalizantes da escravidão chama a atenção para a preocupação de uma historiografia em identificar os aspectos homogêneos da sociedade escravocrata. De um lado estariam os “senhores benevolentes”, de outro os “escravos dóceis”, dividindo de forma harmoniosa e “tropical” determinados palcos, qual seja, a casa grande, a *plantation*, as grandes fazendas monocultoras. Ficava fácil identificar a partir dessa relação paternalista entre senhor-escravo a existência de uma “escravidão branda” para o Brasil. Por sua vez, esse modelo teórico inviabilizou qualquer análise que visualizasse conflitos, tensões ou protestos. Ao criar uma memória que silenciou os conflitos da sociedade escravocrata brasileira consolidou-se, por outro lado, no imaginário coletivo a tese da “democracia racial brasileira” que defendia a inexistência de preconceito racial no Brasil.

Essa submissão conformada que constatava a “docilidade” do cativo seria resultado de características naturais da “raça” e também de processos culturais decorrentes do próprio regime escravista. A “falta de dignidade e de brio”, o “oco moral e emocional” seriam produto das condições sociais do negro escravizado. Sobre a “destituição de vontade e decisão própria” do cativo, diz José Alípio Goulart o seguinte:

Tomava-se, antes, como um desmoronamento psicológico, provocado pela condição social de escravo ditado pelo servilismo institucional do regime, imposto pela conceituação jurídica de coisa, condições essas que, supunha-se,

esvaziavam o negro, drenavam-no, esfrangalhavam-no; a bem dizer, castravam-no do ponto de vista moral.¹²

O final dos anos cinquenta assistiu a um profundo esforço de revisão dos aspectos da “boa escravidão” de Gilberto Freyre. Os estudos empreendidos por Clóvis Moura e, posteriormente, por José Alípio Goulart impactaram sobremaneira os estudos em relação aos movimentos de protesto e rebeldia dos escravos. Sob uma proposta analítica que recorria a Marx e a Weber passaram a ser enfatizadas as mais variadas formas de protesto, centralizando o quilombo como forma de resistência ideal. Os quilombos, desse modo, passam a assumir um papel de destaque nas análises sobre a rebeldia escrava.¹³

Nesse momento o objetivo passa a ser mostrar a fibra e a dignidade do negro através do protesto. No entanto, ao muito se enfatizar a violência e a crueldade do sistema escravocrata acentuou-se, por conseguinte, a natureza tão somente reativa do escravo. Os atos de rebeldia e - mais especificamente - as fugas seriam, portanto, produto da reação dos escravos às condições inumanas do cativo. Uma válvula de escape “da mais simples e pronta execução”. Para Goulart, o fugir dos cativos significava muito mais o resultado das “terríveis condições de vida que se lhes impunham”. Os cativos uma vez submetidos às “condições terríficas” (um rigoroso cativo, intensificação do trabalho visando o lucros excessivos, as humilhações constantes e desumanidades corriqueiras) eram envolvidos por uma “insuportável atmosfera de sofrimento, desencadeado, pari passu, processo mental elaborador de formas de rebeldia”. Menos um ideal de liberdade, a fuga consistia em uma espécie de devaneio da “mente conturbada” dos cativos.¹³ De modo que se anteriormente a escravidão branda de Freyre apresentava um escravo-coisa-passivo,

¹² GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro; Conquista, INL, 1972, pp.15.

¹³ GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências Negras e Brasil escravista: questões e debates*. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/santos.rtf>. Acesso em: 18 de dezembro 2009

¹³ GOULART, José Alípio. *op. cit.* pp. 65.

agora a escravidão de condições ignóbeis de Alípio Goulart e Clóvis Moura apresentava o escravo-coisa-rebelde.

Outro caminho de análise problemático dessas interpretações foi a “visão economicista” – viés já ligeiramente criticado. A busca pela compreensão do escravismo enquanto sistema em suas articulações econômicas e estruturais acabou por reduzir as trajetórias dos escravos unicamente à figura de mão-de-obra totalmente sujeita às sevícias do sistema. Seu protesto era apresentado tão somente como um prejuízo econômico aos proprietários dos cativos fugidos. Como sublinhou Goulart, as fugas escravas:

(...), acarretavam desastrosas conseqüências econômicas e sociais. O escravo era a mão-de-obra responsável por toda a produção, tirando da comercialização desta, o senhor, todas as parcelas necessárias à cobertura de suas obrigações comerciais, de seus compromissos industriais, de suas despesas sociais com os mesmos escravos, com seus familiares, com seus luxos, etc.¹⁴

Dentro de ambos os quadros teóricos apresentados até aqui, pouco (ou quase nenhum) espaço havia para os sujeitos históricos. Nesses dois momentos, os escravos eram diluídos como “coisa” tanto na “Escravidão branda” de Gilberto Freyre quanto no “Escravidão cruel” de Goulart. As experiências e as formas básicas de relacionamento de escravos e africanos no Brasil estavam, desse modo, simplificadas em uma dicotomia que ainda persiste no imaginário coletivo. De um lado Zumbi dos Palmares, a revolta radical; de outro lado, o Pai João, a docilidade e a submissão conformada.

Segundo Robert Slenes, entre a oposição física radical e a dócil submissão conformada existe um outro campo de reflexão posto. Este campo pôde ser encontrado com o que ele chamou de revolução historiográfica nos estudos sobre a escravidão no Brasil ocorrida em meados da década de 1980. Stuart Schwartz chama atenção para o movimento de reavaliação do passado da

¹⁴ GOULART, José Alípio. *op. cit.* pp. 35.

nação e do papel desempenhado por afro-descendentes na sociedade brasileira nas comemorações do centenário da abolição da escravidão. Segundo Schwartz, durante pelo menos um ano escravidão e raça foram temas de discussões tanto na academia quanto nos meios de comunicação:

A cobertura na imprensa foi abrangente, movimentos políticos procuravam mobilizar a consciência negra e alguns líderes negros se pronunciaram contra qualquer comemoração do que, na opinião deles, parecia um evento vazio, dado as desvantagens ainda sofridas pelos negros no Brasil. Não obstante, foram criadas inúmeras comissões nacionais para planejar uma série de eventos públicos e acadêmicos.¹⁵

Desse modo, o centenário da abolição foi a oportunidade para uma profunda observação das três décadas anteriores de estudos acadêmicos sobre o tema e principalmente um momento ímpar para reavaliar as análises sobre as lutas pela liberdade e sobre o papel de protagonismo desempenhados pelos escravos nesse processo.

A grande contribuição dessa revolução historiográfica foi, em síntese, a substituição de uma visão “economicista” em que se argumentava que o escravismo desmorona apenas com o advento das relações de cunho capitalista por outra visão “política” que passou a acentuar a destruição da instituição escravista como o resultado das lutas entre sujeitos historicamente constituídos construtores de seus próprios espaços de liberdade.¹⁵Rompendo não só com o viés econômico de análise, mas também com a via do paternalismo, estas novas interpretações buscam analisar determinados padrões de relacionamento, espaços de resistência e liberdade em larga medida forçados pelos próprios escravos desde os primeiros intentos de escravidão.¹⁶

¹⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 21.

¹⁵ GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed UNESP/Polis, 2005, p.18.

¹⁶ REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.13.

Não sem polêmicas, o tema da resistência escrava suscita uma produção significativa no Brasil e no exterior. As questões decorrentes vão desde as formas físicas e radicais de protesto (fugas, formação de mocambos e quilombos) até as formas cotidianas de resistência (roubos, sabotagens, assassinatos e suicídios), aspectos sintomáticos de uma ampla e profunda resistência sócio-cultural destes agentes históricos.¹⁶

Com efeito, os conceitos de *protagonismo* e *negociação* serão instrumentos fundamentais para nossas análises uma vez que um dos objetivos deste projeto é recuperar a lógica que os próprios escravos impunham à sua realidade cotidiana e à dominação senhorial reconstituindo esses espaços forjados guardadas as limitações documentais.

É exatamente sobre esta nova perspectiva que se assentam as reflexões deste projeto. Compreendendo os escravos como sujeitos históricos construtores de suas próprias estratégias de negociação e resistência – indivíduos capazes de articular as suas lutas com outros setores da sociedade, cruzando diferentes mundos e as mais variadas formas de fazer política.

Como afirma Sidney Chalhoub, é preciso recuperar “esse tecido de significados e práticas sociais que politizam o cotidiano desses indivíduos em um determinado sentido, qual seja, a luta pela liberdade” e, levando o argumento ao limite, a destruição da instituição escravocrata.¹⁷ Cabe aqui uma ressalva de Gomes: “não se deve buscar, nesses protestos, significados inexoráveis de projetos teleológicos para destruir, de uma só vez, o regime da escravidão”, mas entende-los justamente como “processos contínuos de transformações históricas das relações escravistas”.

¹⁶ SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: Reis, João José & Silva, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.62.

¹⁷ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.56.

Dito de outro modo: devemos estar atentos para o fato de que se fugia não com o fim único de solapar a escravidão, mas de criar melhores condições de vida dentro do próprio sistema.¹⁸

O corte temporal inicial em 1854 atende, em primeiro lugar, a elevação da Comarca do Alto Amazonas à categoria de Província tomando um dos primeiros periódicos a circular em sua capital como referência. Em um segundo momento, trata-se de testar a possibilidade de verificar, no tempo, as tendências construídas pelas séries de dados coletados confrontando-as com os dados já disponíveis na historiografia. O corte em 1870 leva em consideração duas preocupações: uma delas é o crescimento das campanhas abolicionistas e das ações emancipacionistas a partir da década de 1860; e a segunda delas é o surgimento de determinadas sociedades que além de apoiar irão financiar a compra da liberdade dos cativos.

O exercício da coleta de dados se dá pelo levantamento de um tipo determinado de anúncio e notícia (fuga/captura de escravos) e, por isso, foi possível diversificar os jornais conferindo maior consistência ao trabalho. Os jornais escolhidos foram os seguintes: *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).¹⁹

É tácito o caráter dos anúncios de jornais como fontes na pesquisa histórica. Gilberto Freyre foi pioneiro ao utilizar anúncios publicados em diferentes jornais do Brasil durante todo o século XIX contendo informações sobre os cativos fugidos. Os primeiros intentos metodológicos de Freyre em relação aos anúncios de fuga aconteceram já nos primeiros anos da década de 1930. Mas somente no ano de 1963 é que Gilberto Freyre publica a obra pioneira chamada *Os escravos*

¹⁸ GOMES, Flávio dos Santos. “Jogando a Rede, Revendo as Malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 22.

¹⁹ Todos estes são periódicos pertencentes ao acervo do CENDAP – PPGSCA (UFAM). Cabe lembrar que só nos foi possível o acesso a tais microfimes devido aos projetos de pesquisa e editais de compra de equipamentos desenvolvidos pelo POLIS, núcleo de pesquisa ao qual este projeto está vinculado, em parceria com CENDAP.

nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Resultado de quase trinta anos de pesquisa sobre os aspectos sociais e cotidianos da escravidão levando em consideração os ditos anúncios publicados por senhores em busca de seus escravos. Com o sistemático refinamento das leituras historiográficas, a obra de Freyre foi reavaliada e resgatada, também pelo seu caráter inovador e original. Seguindo as trilhas abertas por Freyre temos os trabalhos de Lilia Schwarcz e José Maia Bezerra Neto que consolidaram a utilização dos anúncios de fuga e venda de escravos como fontes preferenciais de pesquisa.²⁰

Sobre os anúncios, a lingüista Helena Nagamine Brandão esclarece que eles retratam “pelas informações que fazem circular, pelas ofertas e procuras de produtos e serviços, o universo dos objetos e das preocupações presentes num determinado grupo social de uma dada época”.²¹

Lilia Schwarcz orienta que os anúncios devem ser entendidos como um “produto social”, ou seja, apreender em seu conteúdo textual a materialização e o corpo de seu discurso de modo a compreender este mesmo universo discursivo como pleno de significações por sua vez circunscrito a uma realidade social que lhe valida e lhe dá sentido à medida que reitera valores e visões de mundo. Os anúncios constituem-se, portanto, como um produto e, ao mesmo tempo, agente social, revelando aspectos da vida da determinada comunidade que os produziu. Desse modo é possível ao historiador utilizar os anúncios de fuga e os registros de apreensões de fugidos publicados nos jornais para perscrutar e conectar os mais variados rastros sobre os processos que envolveram as fugas dos cativos.

O jornal *Estrella do Amazonas* começa a circular pela primeira vez na Província e na cidade de Manaus (ainda Lugar da Barra) em 07 de janeiro de 1852. Seus últimos exemplares

²⁰ Ver entre outros; SCHWARCZ, Lilia M. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão Negra no Pará, séculos XVII-XIX. Belém: Paka-Tatu, 2001.

²¹ BRANDÃO, Helena Nagamine. Escravos em anúncios de jornais brasileiros do século XIX: discurso e ideologia. Estudos Lingüísticos XXXIII, São Paulo, pp.694-700, 2004.

circularam pela capital do Amazonas em julho de 1863. Era um periódico semanal tendo as quartas feiras como o dia preferencial de circulação. Contava com quatro páginas, cada uma delas divididas em duas colunas com seções diversas.²²

A primeira destas seções se dedicava à divulgação de informações de cunho oficial. As atividades do Augusto Imperador eram priorizadas. Suas determinações, ocupações, viagens, debates e discussões. Todas as atividades, fatos envolvendo a família Imperial eram contempladas nessa seção do periódico. A seção seguinte divulgava as atividades dos governantes locais e os ofícios das repartições administrativas de toda a Província. Ofícios do presidente da província e dos demais secretários eram publicados. De igual modo, as discussões dos deputados e representantes das elites locais. E por fim, a comunicação existente entre o aparelho administrativo local, as outras Províncias – sobretudo as do Pará e Maranhão - com o governo central no Rio de Janeiro. Outras seções eram dedicadas a Editais, Comunicados, Variedades, Repartição de policia e Anúncios ou Avisos em geral.

O Catechista enquanto divulgador das atividades administrativas da província segue o mesmo perfil. No entanto pretendia-se um jornal mais crítico, independente e imparcial no que diz respeito aos problemas da Província. Quanto ao seu papel “franco” e “apartidário”, dizia o comunicado de 14 de março de 1869 o seguinte:

O Catechista repete ainda uma vez que [não] tem partido. Algumas vezes tem sido acusado de uma linguagem dura em seus artigos de fundo, e de algum excesso de franqueza na apreciação dos factos; pode isto ser um defeito, mas é assim que compreendemos a missão de escriptor publico. Para que refolhos, rodeios, ou metáforas quando escrevemos para que todas as classes da sociedade nos entendão?²³

O Comércio do Amazonas tem uma trajetória cheia de interstícios. Por iniciativa de Gregório José de Moraes, passou substituir o periódico “Mercantil” em 15 de agosto de 1869 até

²² SANTOS, F. J. *et alli* (orgs.). *Cem anos de Imprensa no Amazonas: catalogo de jornais (1851-1950)*. 2ª ed. Revisada. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1990.

²³ *O Catechista*, 14/03/1869.

que sofreu a sua primeira suspensão em junho de 1884. Possuía uma preocupação básica com as questões do mercado e comércio, como o próprio nome sugere²⁴.

Para Jonas Queiroz, os jornais assumem extrema importância em regiões isoladas, afastadas do Império Brasileiro. Os periódicos de Províncias com escassa representação política no Parlamento, como no caso do Pará e Amazonas, tornaram-se importantes espaços de discussão de questões e veiculação dos problemas. Dessa maneira, utilizando-se de certa modernização pelas quais passou a imprensa regional do século XIX, a população conseguia estar perfeitamente sintonizada com os debates nacionais e os acontecimentos internacionais. De acordo com Queiroz, os periódicos “pareciam conquistar cada vez mais prestígio entre os leitores, que depositavam neles boa parte de suas esperanças quanto a solução dos problemas que os afligiam”.²⁵

²⁴ SANTOS, F. J. *et alli* (orgs.). *Cem anos de Imprensa no Amazonas: catalogo de jornais (1851-1950)*. 2ª ed. Revisada. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1990, p.63.

²⁵ QUEIROZ, Jonas Marçal. Trabalho escravo, imigração e colonização no Grão-Pará. (1877-1888). In: QUEIROZ, Jonas Marçal & COELHO, Mauro Cezar. *Amazônia, Modernização e Conflito (século XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001, p. 84.

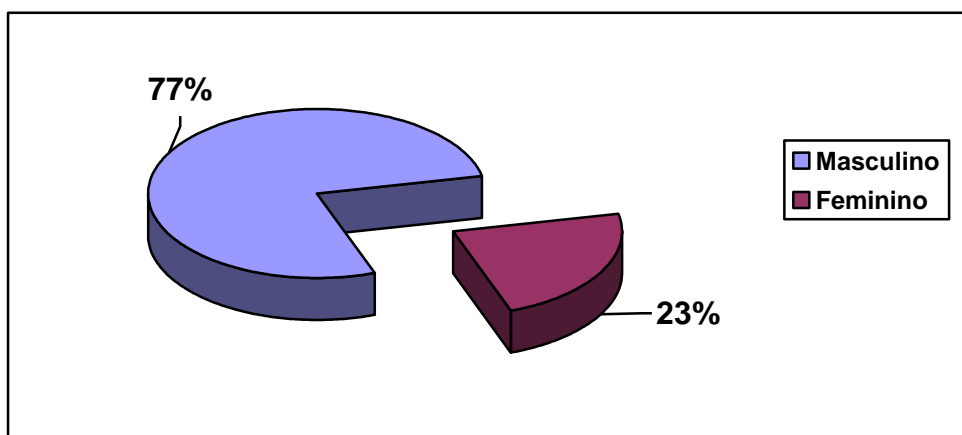
3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Dos perfis...

Dos 34 anúncios coletados encontramos 44 escravos fugidos. O que nos permite traçar alguns perfis e padrões a partir do conjunto de informações veiculadas a respeito dos cativos. Destacamos primeiramente os perfis relativos ao sexo e à natureza das fugas.

No Gráfico 01, identificamos uma grande concentração de escravos fugitivos do sexo masculino coletados nos anúncios como aponta o número de 77%.

Gráfico 01: Sexo dos Fugitivos



Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manaus* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

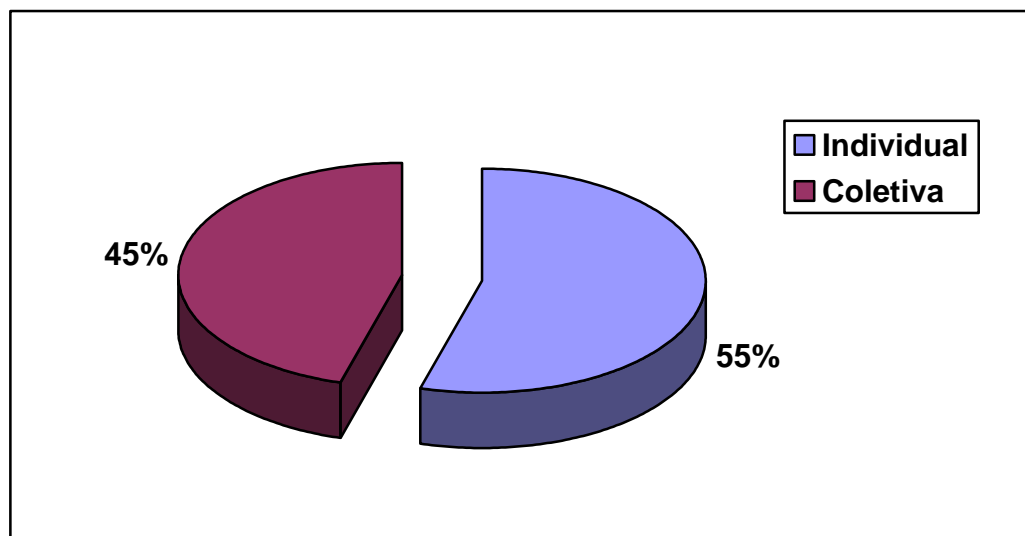
No que diz respeito à natureza das fugas o gráfico 02 revela que pouco mais da metade das evasões acontecia de forma coletiva²⁶. Ignez, seus dois filhos, Manoel e Felipe encontram-se nesses números. A fuga coletiva que envolve Ignez e seus companheiros demonstra a capacidade dos escravos de articularem esforços no sentido de construir relações solidárias, estratégias de evasão, obtendo desse modo probabilidade maior de sucesso na evasão.

²⁶ Tomamos como coletiva as fugas nas mesmas circunstâncias envolvendo dois ou mais escravos.

As fugas de João Mulato são impressionantes nesse sentido. A primeira fuga de João foi da Cidade do Pará na madrugada do dia 26 de março de 1856, acompanhado da escrava Alexandrina. Seguiram para o Rio Negro, lugar onde João foi criado. Dois anos depois João Mulato e Alexandrina foram presos exatamente no Rio Negro. João foi remetido para Manaus onde ficou preso na companhia de José Paulino, também escravo, de apelido “Macaçar”. Alexandrina ficou no Rio Negro, próximo ao Destacamento de Xibarú, a fim de ser vendida. Dias depois, João Mulato e José Paulino fugiram da Cadeia Pública de Manaus em uma montaria toda pintada de verde pertencente ao mestre carpinteiro de nome Funfão. Segundo o anúncio, muito provavelmente os dois escravos teriam seguido para o Rio Negro (em busca de Alexandrina?) ou ainda para o Rio Madeira onde José Paulino vivera foragido com o nome de Antonio Paulino.²⁷

Manoel, Felipe, José, João Mulato e José Paulino representam o significativo percentual de fugas de escravos do sexo masculino.

Gráfico 02: Natureza das fugas



Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

²⁷ *Estrella do Amazonas*, 16/04/1856; 22/05/1858.

Contudo, seria pouco prudente afirmarmos que homens fugiam mais que mulheres. A historiografia alerta para o dimensionamento de outras questões. Por exemplo, é preciso dimensionar que a quantidade de mulheres capturadas em África foi significativamente menor durante todo o período de tráfico negreiro. Ainda que a Província do Amazonas, no censo de 1872, registre maior quantidade de mulheres escravas em relação aos homens – diferindo de outras localidades que possuem atividades econômicas assentadas sob braço negro e suas conseqüentes conexões com o tráfico negreiro -, não se poderia explicar o fenômeno, como alerta Schwarcz, pela utilização da característica preconceituosa do tipo “sexo frágil”.

Desempenhando atividades de quitandeiras, vendedeiras e lavadeiras podiam desfrutar de certa liberdade e autonomia e, uma vez conhecedoras dos liames do emaranhado de vielas e ruas que forjam as cidades, poderiam, inclusive, auxiliar nas fugas, na circulação de informações e, por conseguinte, nas insurreições escravas. Flávio Gomes é enfático quando argumenta serem as mulheres os primeiros agentes da emancipação de afro-descendentes na diáspora: “elas são decisivas para as fugas, obtendo informações, providenciando suprimentos e prestando toda sorte de auxílio”.²⁸

Diferentemente dos homens, as mulheres possuem laços muito mais fortes com seus filhos sendo a empreitada da evasão demasiado perigosa para seus rebentos – crianças de colo quando não crianças pequenas aumentam evidentemente as dificuldades de locomoção. A fuga de Ignez, seus dois filhos pequenos, mais os irmãos Manoel e Felipe pode ser dimensionada como uma fuga em família. Uma das formas de perscrutar a busca pela autonomia e maiores espaços de liberdade por parte dos cativos é justamente identificar a presença da família escrava.²⁹

²⁸ SOARES, Carlos Eugênio Líbano e GOMES, Flávio dos Santos. Negras Minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.). Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 2007, p.192.

²⁹ SILVA, Eduardo. op. cit., p.76.

Por um lado, a historiografia nos mostra que a instituição familiar era um mecanismo utilizado pelos proprietários para melhor controlar os escravos. A família significava a construção de laços sociais mais fortes e abrangentes, por vezes através do compadrio com outros escravos, dificultando as perspectivas de rebelião e fuga. Ainda que a existência de laços familiares dificultasse a fuga estes laços não podem, de modo algum, serem tomados como total impedimento para tal.

Não raro no sistema escravista, famílias inteiras eram desintegradas com as vendas interprovinciais incitando fugas no sentido de recompor esses laços familiares destruídos. José Ipiranga, de 32 anos, escravo de José Joaquim Pinto de França, morador da Vila de Serpa, evadiu-se levando consigo seu filho de nome Cipriano, de 13 anos de idade. Senão para protegê-lo de uma iminente venda decerto para retirá-lo das agruras da escravidão. Talvez as motivações para a fuga de Ignez fossem também a prevenção contra uma possível desarticulação familiar ou ainda a busca por maior autonomia no trabalho e na criação e educação de suas crianças.³⁰

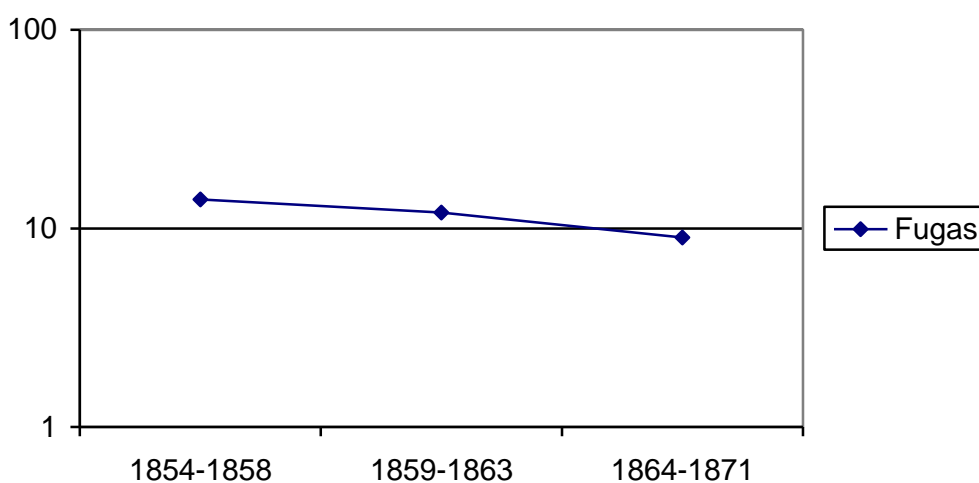
Por outro lado, a construção de laços familiares consistia em um dos mecanismos básicos de adaptação ao cativeiro utilizado pelos escravos no intuito de melhorar as condições de vida dentro do sistema escravista.³¹ Talvez por isso, por volta das 8 horas da noite do dia 21 de outubro de 1855, Joaquina, escrava “bem falladeira” de Antonio José Lopes Braga, gorda, com altura regular e “bem parecida” tenha saído em surdina pela Rua Brasileira, trajando vestido de chita roxo e camisa de riscadinho cor de rosa para fugir com um índio natural de Ega de nome José Maria. O nosso já conhecido João Mulato fugiu nas primeiras horas do dia 26 de março de 1856 com sua parceira de nome Alexandrina rumo, segundo presumia acertadamente o seu senhor, ao Rio Negro. Ainda seguindo as trilhas da paixão, na noite de 19 de fevereiro de 1861, a cafuza

³⁰ Estrella do Amazonas, 29 de abril de 1857

³¹ AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do jornal “O Universal” - 1825 a 1832. *Lócus Revista de Historia*, Juiz de Fora, v.12, n.12, 2006, p.70.

Benedita, natural de Óbidos, escrava de Joaquim Pinto das Neves fugira, segundo seu senhor, com o soldado mulato de nome Francisco de Souza Lima. Para a vila de Maués, fugiram os escravos Hypolito e Maria, “crioulos bem retintos”, da viúva Dona Maria Rozalina da Guirra. Destinos e trajetórias diferenciadas de uma mesma preocupação: a união familiar.³²

Gráfico 03: Ocorrências de Fugas (1864-1871)



Fontes: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

Como demonstra o Gráfico 03, para um período de 17 anos, pelo menos 12 escravos da província encontravam-se fugidos. Ao contrário de outras áreas do Império, há uma tendência declinante. O gráfico revela uma ligeira queda do número de fugas no momento em que surgem, de acordo com a historiografia, as campanhas abolicionistas e as ações emancipacionistas na região.

³² *Estrella do Amazonas*, 27 de Outubro de 1855; 22 de Maio de 1858; 20 de fevereiro de 1861; 6 de abril de 1861, respectivamente.

Os dados da Tabela 01 demonstram que 55,2% dos escravos que se evadiam estavam na faixa etária de 21 a 30 anos, no que segue pela primeira e terceira faixas com 20,7%.

Esses números seguem uma constatação da historiografia para outras regiões do Brasil que sinaliza para preponderância de fugas na faixa etária adulta (de 20 a 40 anos). Ou seja, indivíduos que gozam de pleno vigor físico, no auge de seu potencial produtivo.³³

Tabela 1: DISTRIBUIÇÃO POR IDADE

Faixas Etárias	Escravos (%)
0 – 20 anos	20,7
21 – 30 anos	55,2
31 – 40 anos	20,7
+ de 40 anos	1

Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manaus* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

A tabela 02 revela a diversidade dos ofícios dos fugitivos que compreendem desde as atividades de negociante, passando pelos oficiais de carapina, oleiro, pedreiro até o ofício de vaqueiro. Mas esta diversidade pode nos tirar a atenção de que praticamente todos estes desempenham atividades de ofício especializados.

Segundo Amantino, a aprendizagem de um ofício poderia interferir qualidade de vida do escravo. Mais que isso, a qualificação profissional elevava o valor do cativo e, em decorrência, seu tratamento poderia ser melhor colocando-o em uma posição diferenciada dentro da massa escrava. Em 29 de janeiro de 1856, o oficial de pedreiro Martinho, preto crioulo, de 26 a 28 anos, fugiu das propriedades de seu senhor na Cidade do Pará com destino a Província do Amazonas.

³³ SCHWARCZ, Lilia M. Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.137.

No dia 27 de julho de 1856, os africanos ferreiros José, de “fala grossa e precipitada”, e Manoel, careca, barbado e “fala atrapalhada”, fugiram de Marcos Antonio Rodrigues de Souza. Os escravos de Felix Gomes do Rego e Felisberto José Tavares fugiram da Vila de Óbidos no dia 17 de junho de 1854 levando suas ferramentas de pedreiro e carpinteiro – Cloudino e Amandio contavam decerto com suas especializações para a sobrevivência longe do cativeiro.³⁴

Tabela 2: PROFISSÃO/OFIÍCIO DOS CATIVOS

Profissão/Ocupação	Quantidade
Ferreiro	1
Negociante	1
Of. Calafate	1
Of. Carapina	1
Of. Oleiro	1
Of. Pedreiro	1
Padeiro	1
Pedreiro e Carpinteiro	2
Vaqueiro	1

Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manaus* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

3.2 Dos rastros de uma “Manaus- esconderijo”

Tudo mais na cidade que vejo está escuro, salvo onde reflexos frouxos da luz das ruas sobem vagamente e fazem aqui e ali pairar um luar inverso, muito pálido. (...) Tudo que existe, existe talvez porque outra coisa existe. Nada é, tudo coexiste: talvez assim seja certo.

Fernando Pessoa³⁸

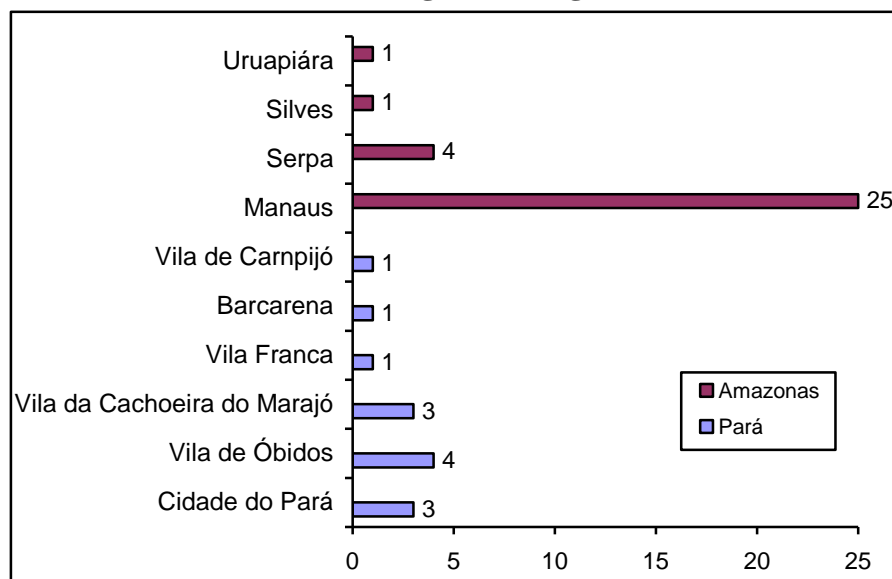
Como demonstra o Gráfico 04 a maioria dos escravos foge de locais da Província do Amazonas. Ao todo são 24 fugas originadas nesta Província e 20 delas se originam na cidade de

³⁴ AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do jornal “O Universal” - 1825 a 1832. *Lócus Revista de Historia, Juiz de Fora*, v.12, n.12, 2006, p.65. Os escravos aparecem, respectivamente, nos seguintes jornais: *Estrella do Amazonas*, 7 de Maio de 1856; 2 de Agosto de 1856 e 18 de Julho de 1854.

³⁸ PESSOA, Fernando, 1888-1935 *Livro do Desassossego*: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa / Fernando Pessoa; organização Richard Zenith. - São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp.389-390.

Manaus. Os 13 fugitivos restantes se deslocam da Província do Pará. É possível perceber um certo equilíbrio na quantidade de fugas entre as Vilas de Óbidos, Vila da Cachoeira do Marajó e a capital – a Cidade do Pará. É preciso salientar que o Amazonas responde por quatro pólos de origem de fugas (Silves, Serpa, Uruipiára e Manaus) enquanto que a Província do Pará responde por seis pólos de origem de fuga. Desse modo, essa constatação sugere um movimento de deslocamento de escravos para o interior da Região Amazônica – no sentido Pará-Amazonas.

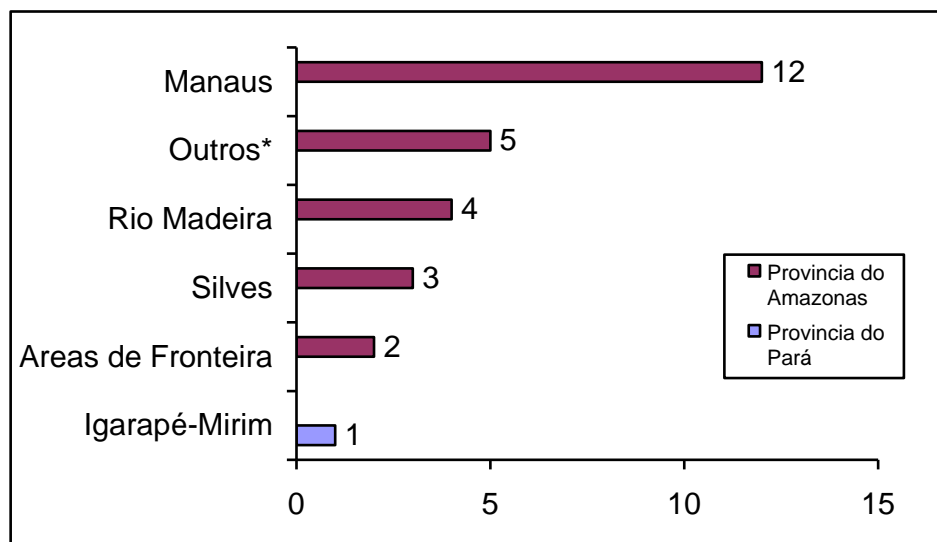
Gráfico 04: Origem das fugas



Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

De acordo com o Gráfico 05, a Província do Amazonas aparece como o destino preferencial dos cativos. Manaus representa o destino preponderante desses fugitivos. Algo de extremamente importante uma vez que Manaus é, ao mesmo tempo, o pólo preferencial tanto das origens das fugas quanto dos destinos da evasão.

Gráfico 05: Destino das fugas



* Seringais, Serpa, Boca do Andirá, Província do Amazonas, Uatumã.

Fontes: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

O antigo lugar da Barra é, portanto, um caso diferenciado e merece algumas considerações. A Vila da Barra foi elevada a categoria de cidade em 24 de outubro de 1848 e, somente oito anos depois, é que passou a se chamar cidade de Manaus. Até a década de 1830, alguns relatos de viajantes descrevem a Comarca do Alto Amazonas como um lugar parcamente povoado, com pequenas e modestas vilas habitadas predominantemente por indígenas destribalizados e, também, por uma irrisória população branca. Esta preponderância da presença de indígenas destribalizados e mestiços como habitantes da cidade será reiterada pelo Recenseamento Geral do Império de 1872. Comparando a Vila da Barra de São José do Rio Negro com outras cidades brasileiras no mesmo período, Patrícia Sampaio afirma:

Sua vida urbana era bastante incipiente, não existindo uma nítida diferenciação entre os limites do rural e o urbano. A maior parte de seus moradores habitava as chácaras, os pequenos sítios e os pesqueiros nos arredores do chamado núcleo urbano, que era composto por algumas (poucas) moradias de um só pavimento,

com paredes de barro e pau-a-pique, cobertas de folhas de palmeiras e pelos “edifícios” oficiais.³⁹

Com a criação da Província do Amazonas – fato que se dá em meio a uma conjuntura de retração e crise econômica – a cidade da Barra nada mais é do que um pequeno lugar no meio da floresta. A segunda metade do século XIX modifica ligeiramente este quadro quando a cidade assistiu a uma intensa modificação de seu espaço urbano resultado de uma maior injeção de investimentos no setor imobiliário que se inicia já na década de 1840. Como aponta Sampaio, em artigo que analisa a acumulação mercantil e a escravidão em Manaus:

A cidade consolidou-se como entreposto comercial e rota de passagem obrigatória para o fluxo do comércio regional, ainda que numa posição subordinada à praça de Belém. É dentro dessa posição que emerge a demanda internacional de borracha a partir de 1860, alcançando as primeiras décadas do século XX. Essa conjuntura informa os muitos desdobramentos que a cidade sofreu e grandes foram as intervenções no seu espaço urbano, realizadas em estreita sintonia com as necessidades colocadas pela economia da borracha e suas elites a partir daí.⁴⁰

Nesse período há um recrudescimento no confronto entre modelos diferenciados de sociedade e cidade. Por um lado, a irrisória população branca passa a adotar de modo mais sistemático os modelos comportamentais e urbanos europeus para reiterar os seus valores de elite; e por outro, existia o conflito destes modelos com os hábitos e costumes da grande maioria dos habitantes notadamente de raízes indígenas. Dentro desse espaço de avanço de uma certa modernidade atrelada às tradições indígenas dos habitantes é que surge a capital da Província.

Sampaio nos lembra da dificuldade em dialogar com leituras que iluminem as trajetórias africanas na região e o lugar ocupado por esses personagens e suas respectivas especificidades

³⁹ SAMPAIO, Patrícia M. M. Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Manaus: EDUA, 1997, p.50.

⁴⁰ SAMPAIO, Patrícia Melo. Teias da Fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. *Mneme - Revista de Humanidades - Publicação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Caicó: UFRN-CERES, v.3, n.6, out./nov. de 2002, p. 3.

dentro da produção de vida material na história social do trabalho no Amazonas. Nesse sentido a autora nos lembra:

A forte presença indígena desviava a discussão do fator trabalho para outra direção, fazendo-nos esquecer dos negros de ganho, das “vendedeiras”, dos oficiais especializados (pedreiros, carpinteiros, sapateiros, lavradores), dos serviços domésticos. Isto é, praticamente fez-nos esquecer que, apesar de área “marginal” do Império Brasileiro como já quis a historiografia, a região também era escravista.⁴¹

Esse espaço de conflito entre costumes indígenas e a cidade planejada pela elite branca, escravos, forros e africanos exercem papel fundamental na reprodução das relações hierárquicas que estão subjacentes à lógica instituída de uma sociedade desigual como é Manaus - igual a qualquer outra cidade escravista do mundo. É preciso lembrar que embora as atividades econômicas da cidade não estivessem assentadas eminentemente nas atividades de escravos, o simples fato de possuí-los já indica a sua natureza escravista. Segundo Sampaio, as poucas ruas de Manaus contavam com os serviços destes cativos. Quando não eram alugados, poderiam ser empregados como “negros ao ganho”, vendedores e prestadores de serviço variados nas vielas da pequena e inóspita cidade.

Os escravos alugados ficavam sob a responsabilidade dos locatários como se deles fossem – estes eram responsáveis pela alimentação, vestuário e o local de descanso. O valor do aluguel era pago diretamente ao senhor locador ou, se fosse o caso, às agências que cobravam uma comissão pelo serviço de intermediação.⁴² Nesse sentido, o jornal *Estrela do Amazonas* publicava os seguintes avisos:

Aluga-se uma escrava, própria para o serviço de uma casa de família; quem a precisar dirija-se a esta typographia que se lhe dirá quem deve tratar;

⁴¹Idem, *Ibidem*, p. 9.

⁴² SOARES, Luiz Carlos Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo, v.8, n.16, mar.88/ago.88, p. 137.

Precisa-se de huma mulher escrava ou forra, para o diário de uma casa de pouca família: quem estiver nesta circunstancia dirija-se a taberna na travessa da Olaria para tractar do ajuste.⁴³

Guardadas as devidas proporções, a análise de Luiz Carlos Soares para as atividades dos escravos ao ganho na cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX podem iluminar algumas questões sobre o mesmo fenômeno em Manaus. O autor afirma que os cativos eram enviados às ruas com obrigações e tarefas estipuladas previamente. Ao fim do dia, entregavam determinada quantia de seus rendimentos negociada previamente com seus senhores que variava de acordo com as atividades realizadas ou segundo as especialidades dos cativos – como, por exemplo, os escravos especializados em profissões industriais (ferreiros, oleiros, etc.) que valiam bem mais. Os pagamentos podiam ser realizados semanalmente e, em alguns casos, mensalmente. Cabe lembrar que a autonomia e a liberdade de que gozavam os cativos para transitar na cidade não terminava por trazer uma vida menos difícil. Segundo o mesmo autor, os senhores exigiam ao máximo o rendimento que fora estipulado:

[Os escravos] eram obrigados a perambular o dia inteiro pela cidade com cestos ou tabuleiros de mercadorias. Eram obrigados a transportar pesadas cargas ou a se arriscar no mar a qualquer hora do dia ou da noite, conduzindo embarcações de pesca ou de passageiros. Eram obrigados a longas e estafantes jornadas trabalhando como barbeiros, cocheiros, ou operários. Enfim, eram obrigados a recorrer até mesmo a meios desonestos e criminosos para obterem o dinheiro necessário à sua sobrevivência e ao pagamento requisitado por seus proprietários.⁴⁴

Entre o valor previamente estipulado a ser repassado ao senhor e a efetiva arrecadação dos dias de trabalho do cativo existia uma prática de acumulação de capital – o pecúlio - que não pode ser desprezada. Com o pecúlio muitos chegavam a morar em residências que não as de seus proprietários, alugadas em pensões e moradias populares. No dia 7 de janeiro de 1871, o jornal *O*

⁴³ Estrella do Amazonas, 6 de Abril de 1861 e 27 de Outubro de 1858, respectivamente.

⁴⁴ SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo, v.8, n.16, mar.88/ago.88, pp137-138.

Catechista publicava na seção de noticiários a denúncia de que era “muito conveniente que a policia preste sua atenção para os cambembes que existem alugados para os escravos na travessa da matriz e na Tamaracá”⁴⁵. No dia 27 de maio de 1868, o *Jornal do Rio Negro* noticiou alguns procedimentos policiais de investigação para descobrir o autor do crime de roubo sofrido pelo fogueteiro Sebastião. Fortes suspeitas recaíram sobre o escravo Manoel. Dias antes o dito escravo já havia sido preso por ter entrado disfarçado na casa de Manoel Antonio Lessa. Além do que, Manoel mantinha a sua “amázia” residindo em uma “casa alugada por 6:000 mensaes”, logo em frente à casa em que morava o fogueteiro Sebastião. Foi o suficiente para recolhê-lo à cadeia.⁴⁶

Segundo João José Reis, o pecúlio era um meio que os escravos ao ganho utilizavam para retirar-se da condição de ferramentas econômicas:

Novos estudos, por toda parte, têm sugerido uma outra questão da maior importância; uma parcela não desprezível da população cativa foi capaz de operar com êxito dentro da economia de mercado. Embora o direito dos escravos ao pecúlio só tenha sido reconhecido, em forma de lei, muito tardiamente (1871), ele sempre existiu na prática. Com efeito, alguns escravos puderam, à custa de duro empenho, acumular o capital necessário para retirar-se, enquanto pessoa, do rol dos instrumentos de produção.⁴⁷

Em alguma medida, é possível afirmar que a prevalência dessas atividades independentes na cidade poder ter interferido sobremaneira no processo de desagregação da instituição escravista. Ao forjar esses espaços de autonomia os escravos impunham limites à dominação senhorial na medida em que esses mesmos espaços eram resultado de uma resistência social, econômica e cultural.⁴⁸

⁴⁵ *O Catechista*, 7/01/1871.

⁴⁶ *Jornal do Rio Negro*, 27/03/1868.

⁴⁷ REIS, João José. Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.17.

⁴⁸ MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo – SP. V.8, n.16, mar.88/ago.88, p149.

Todas essas questões um novo problema para a historiografia local. Não é mais possível considerar a construção da cidade de Manaus como produto apenas do conflito existente entre a cidade projetada pelas elites locais e as tradições, hábitos e costumes indígenas. É preciso acrescentar agora ao quadro de conflito em questão um outro fator: a cidade instituída pelos negros.⁴⁹

Por que fugir para Manaus? O que faz desta cidade um “pequeno mocambo?”. A historiografia nos apresenta dois tipos de direção das fugas. A primeira afirma que os escravos fugiam de forma preponderante para lugares de difícil acesso como o sertão, a mata fechada (“tirar cipó”), montes e mangues – as chamadas *fugas para fora*.⁵⁰ De acordo com Eduardo Silva, até a década de 1870 fugir tinha por sinônimo “tirar cipó” – ou seja, fugir para o meio da mata de difícil acesso. O segundo tipo, as *fugas para dentro*, pode ser exemplificado no conto de Machado de Assis intitulado *Pai contra Mãe*.

Machado de Assis conta a história de Candinho, branco pobre, em estado de absoluta penúria, passando mesmo por “maus bocados”, a ponto de entregar o seu filho recém nascido para a chamada “roda dos expostos”. Para fugir desta dramática situação, Candinho procura, desesperado, dinheiro prendendo escravos fugidos. Sua vítima será a crioula Arminda – foragida e grávida.

O desenrolar da trama se dá exatamente sobre este dilema. Mas o que nos interessa neste conto de Machado é uma das várias paisagens sociais que ele descreve: a da invisibilidade dos negros fujões na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Machado podia ser nada fácil encontrar um “preto fugido” na Corte com tantos escravos, libertos, Africanos Livres e livres africanos

⁴⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp.212-248.

⁵⁰ Eduardo Silva divide-as em *Fugas para fora* – fugas para fora da sociedade escravista – e *Fugas para dentro* – fugas para as cidades grandes e populosas (para o interior da própria sociedade escravista).

trabalhando juntos. Os enormes contingentes de negros permitiriam as chamadas *Fugas para dentro*, para o interior da própria sociedade escravista.

É exatamente este argumento que se inverte se considerarmos algumas particularidades de Manaus. A cidade não contava com a mesma dimensão de espaço físico que possuía a Corte, tampouco com a mesma proporção de africanos que residiam no Rio de Janeiro. Ou seja, não havia uma massa de negros residentes em Manaus em quantidade suficiente que pudesse permitir que um fugitivo passasse despercebido na cidade. Sobretudo se considerarmos a pequenez da cidade. Segundo o escritor Mia Couto, quanto mais pequeno o lugar mais obediente ele o é⁵¹. De acordo com este raciocínio teríamos em Manaus acentuados mecanismos de controle em relação aos escravos e consolidadas relações de poder – a plena vigência do que chamou Silva de *paradigma ideológico colonial*.⁵²

É possível que a solução deste problema esteja na coexistência de alguns elementos pertinentes ao processo de transformação urbana e econômica pelo qual passava a capital da Província do Amazonas. Talvez este caminho diminua os “reflexos frouxos que diminuem a escuridão da cidade”.

As mudanças na estrutura urbana erguem novos prédios. Há o surgimento de novas praças e ruas. Os igarapés que circundam a cidade são aterrados e outras mais intervenções são realizadas no intuito de instalar as bases do projeto de capital idealizado pelas elites locais. Nesse sentido, *O Catechista* idealizava:

A cidade de Manaus pela sua posição topographica e como capital de uma província cujo futuro grandioso, sendo desde já presentido, não precisa ser preconizado, hade, necessariamente, ser a mais bella, rica e importante das cidades que se prendaram no extenso Valle do Amazonas e de seus confluentes,

⁵¹ COUTO, Mia. *Ultimo vôo do flamingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.17.

⁵² Segundo o autor a própria sociedade escravista consistia no maior impedimento para as fugas uma vez que a sua própria maneira de ser e de estar, suas visões e seus valores faziam parte da ordem socialmente estabelecida profundamente enraizada não somente em senhores, mas também em escravos.

quando o crescimento das gerações do provir tiver dado ao seu commercio e industrias o incremento de que elle são susceptíveis, e cujos elementos a natureza ahi semeou com prodigalidade, para que a mão do homem as aproveitasse.⁵³

Para a Imprensa local a questão do desenvolvimento urbano precisava ser mais bem percebida pelos governantes locais. Era preciso criar um ambiente propicio para o bem estar da população que passava por um período de incremento significativo. Novos postos de trabalho. Crescimento da demanda por trabalhadores especializados. Crescimento urbano. Novas malhas, ruas e vielas. Criação de espaços sociais diferenciados – os construídos pelas elites e os instituídos pelos menos afortunados.

Estas são algumas modificações para as quais *O Catechista* chama atenção em artigo publicado em 1º de abril de 1865:

A questão do traço desta capital do alinhamento de suas ruas, da construção de suas praças e passeios, se, presentemente, parece de pouco interesse, é uma questão de futuro, que se liga não somente ao bem estar de uma população que hade ser grande, aos seus gosos e os seus necessários recreios a distração, como também a salubridade publica, dependente aliás das condições hygienicas a que se deve attender quer nas edificações particulares, quer nas obras a cargo do poder publico, taes como calçamento, a limpeza, asseio e esgoto das ruas, a fractura dos cães e ponte nos igarapés, das fontes e poços, para o abastecimento d’agora, a população.⁵⁴

Como entreposto comercial importantíssimo para a drenagem de mercadorias que alimentam toda a província, e da mesma maneira para o escoamento de produtos exportados para o Pará, a cidade de Manaus recebe uma quantidade difícil de ser mensurada de navios vindos das vilas do interior do Amazonas, do Pará, de outras Províncias do Império, de vapores de outras localidades da América Espanhola e do exterior. A própria demanda internacional da borracha intensifica esse processo a partir de 1860.

⁵³ *O Catechista*, 1/04/1865.

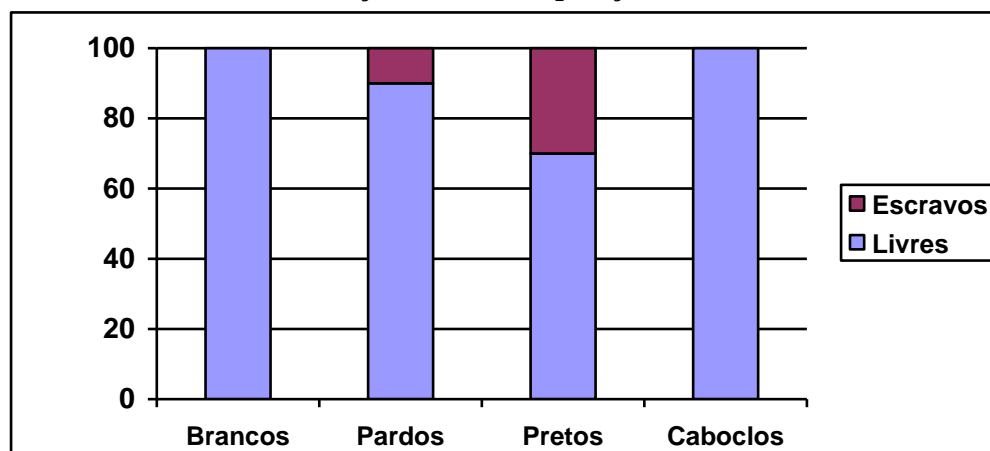
⁵⁴ *O Catechista*, 1/04/1865.

Das relações econômicas existentes entre a Província do Pará e a do Amazonas e do intenso ir e vir de embarcações no porto de ambas as capitais, o *Catechista* diz o seguinte:

São muito estreitas as relações entre as duas províncias, Pará e Amazonas: o porto de Belém é o anel da cadeia, que o prende o fio do movimento geral do Império à grande artéria por onde circulam os elementos, que levam a vida, e vão alimentar essa bela parte do Valle amazônico.⁵⁵

Navios, vapores, montarias, canoas, mercadorias, novos trabalhadores, novas casas, novos espaços. As décadas de 1850 e 1860 assistem a um processo de incremento populacional. Esse quadro irá se intensificar a partir de 1870 quando trabalhadores, sobretudo nordestinos, serão atraídos para a região seduzidos pela economia da borracha⁵⁶. É possível que esse intenso trânsito de pessoas, embarcações e mercadorias criasse uma esfera de “desobediência” e de “indiferença” no pequeno lugar. Os dados do Gráfico 06 podem ajudar a identificar outros elementos que forjaram a Manaus esconderijo:

Gráfico 06: Condição e Cor da População de Manaus (1872)



Fonte: SAMPAIO, Patrícia M. M. Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Manaus: EDUA, 1997. Recenseamento Geral do Império de 1872.

De acordo com o Gráfico 06, só existiam duas “cores” possíveis para classificar os escravos. Cerca de 30% dos indivíduos de cor *preta* da cidade eram escravos e, na mesma

⁵⁵ *O Catechista*, 23 de janeiro de 1864.

⁵⁶ SAMPAIO, Patrícia M. M. Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Manaus: EDUA, 1997, pp. 28-33.

categoria, pouco mais de 10% dos pardos, ou seja, apenas 13 % dos habitantes da cidade com fenótipo associado à escravidão era, efetivamente, escravo.

Levando em consideração que as fronteiras de classificação entre pardo e preto eram tênues, podemos afirmar que embora Manaus não contasse com um contingente de africanos e crioulos na mesma dimensão que a cidade do Rio de Janeiro, os escravos fugitivos da região poderiam se esconder em meio aos 87% de pretos e pardos livres da cidade de Manaus. Acrescenta-se às tênues linhas que distinguem pretos, pardos livres e cativos a presença de Africanos Livres, forros e livres africanos - trabalhadores marítimos que circulavam pela cidade vindos nos vapores que por aqui aportavam freqüentemente no período estudado. Vê-se, portanto, um ambiente propício para a fuga em meio a uma impessoalidade que se dá muito mais pelo qualitativo da presença de negros na cidade do que pela quantidade de africanos e afro-descendentes em Manaus.

Esse intenso trânsito de embarcações, navios, mercadorias, trabalhadores marítimos e escravos fugidos entre o Pará e o Amazonas aponta para uma outra questão importante para a região amazônica enquanto área de fronteira econômica e geopolítica: a circulação de idéias e a troca de experiências.

A fuga de Ignez, Manoel e Felipe ocorreu em uma conjuntura extremamente importante. Afinal, apenas três anos antes, em 27 de abril de 1848, a Guiana francesa, vizinha a Província do Pará, abolia a escravidão. José Maia em artigo que analisa as fugas escravas no Pará no período de 1840 a 1860, afirma ter existido uma circulação de informações sobre o processo de abolição da escravidão em todo território francês através das redes de comércio estabelecidas entre os escravos paraenses, caribenhos e das Guianas⁵⁷. Cabe lembrar que desde as últimas décadas do

⁵⁷ BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protestos e fugas de escravos na província do Grão-Pará, 1840/1860. Topóis, Rio de Janeiro, 2001, p. 83.

século XVIII havia o temor por parte das autoridades coloniais de que as idéias revolucionárias vindas da França e do Caribe chegassem aos escravos brasileiros através das redes de comércio e transito de escravos fugidos da Amazônia para as Guianas e vice-versa. O temor de que essas idéias revolucionárias e abolicionistas pudessem de alguma forma alimentar o sentimento insurrecional dos cativos do Brasil irá se intensificar na primeira metade do século XIX por conta das muitas revoltas e lutas políticas dentro do próprio Império brasileiro. Segundo Gomes, as lutas contra ou a favor da independência do Brasil, os conflitos envolvendo a abdicação do Imperador, as revoltas separatistas em várias províncias do império, as discussões internacionais sobre o fim do tráfico e as questões sobre a legislação escravista e os rumos da escravidão no Brasil foram criticamente avaliadas pelos escravos. E o próprio temor das autoridades policiais é sintomático de que os cativos estavam atentos aos movimentos revoltosos nacionais e internacionais.⁵⁸

No dia 21 de abril de 1854, o *Estrella do Amazonas* noticiava o resultado das averiguações sobre uma denuncia feita por um escravo a respeito de índios e escravos existentes na estrada da “Caxoeira”. Depois de realizadas as investigações, a denúncia pareceu simples “imaginação do medroso” cativo, mas é bem possível que o alarde feito pelo escravo fosse um ato de deboche e uma maneira inteligente de alimentar o “medo branco” dos senhores locais. O jornal dizia o seguinte:

A noticia constante do Officio, que abaixo transcrevemos, exagerada, como ordinariamente acontece, por cada pessoa que a communicava a outras, deo motivo a que no dia 8 do corrente soffresse algúma alteração o estado de perfeita tranqüillidade, que constantemente gozão os bons habitantes d’esta Capital; e obeservando o Exmo. Sr. Dr. Miranda, então encarregado da Presidência, que era geral o susto das famílias julgou conveniente mandar fazer chamada de campo a fim de que toda a guarda nacional tomasse armas. Bem podia acontecer que os indios e pretos encontrados pelo escravo do Sr. Ten. Coronel Pinto na estrada da Caxoeira fossem desertores, ou escravos fugidos, que espreitassem

⁵⁸ GOMES, Flavio dos Santos. Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial. Revista da USP. São Paulo, n.28, p.42.

ocasião de entrar na Cidade; mas quatro partidas commandadas por Officiaes que exploraraõ as matas em diversas direcções e por espaço de 24 horas, não descobrirão o menor vestígio da existência ou passagem de semelhante gente, e desde então inclinamo-nos a crêr que a imaginação do medroso informante transformou em figuras humanas alguns troncos de arvores, ou emprestou feições terríveis e ameaçadoras a pobres creaturas, que por ventura estivessem cortando lenha, ou palmas para a festa de Ramos (...).⁵⁸

Dessa maneira, se levarmos em consideração o intenso movimento de escravos fugidos do Pará para o Amazonas (e vice-versa), a intensa circulação de escravos fugidos e trabalhadores africanos vindos nos navios e embarcações que transitavam na região será possível vislumbrar um espaço de compartilhamento de informações e experiências de luta pelas vilas e pequenos lugares no interior da província. Trocando e vendendo mercadorias e idéias pelos rios com as diversas comunidades que habitavam as margens dos rios – quer fossem indígenas ou negros amocambados – forja-se um quadro que permitia a “difusão das leituras políticas dos escravos acerca da realidade do país e das nações vizinhas, avaliando tais conjunturas como favoráveis ou não em suas lutas contra o domínio senhorial”.⁵⁹

3. 3 Das marcas da escravidão: sinais e doenças dos fugitivos...

No tocante às informações das condições físicas, de saúde e sinais característicos dos escravos nos anúncios de fuga publicados nos periódicos obteve-se os seguintes números.

A grande maioria dos anúncios coletados (70,5%) apresenta informações carregadas de familiaridade e conhecimento sobre os escravos, sugerindo uma relação bastante próxima entre proprietários e cativos. Este percentual elevado vem reiterar os dados já apresentados

⁵⁸ Estrella do Amazonas, 21 de Abril de 1854.

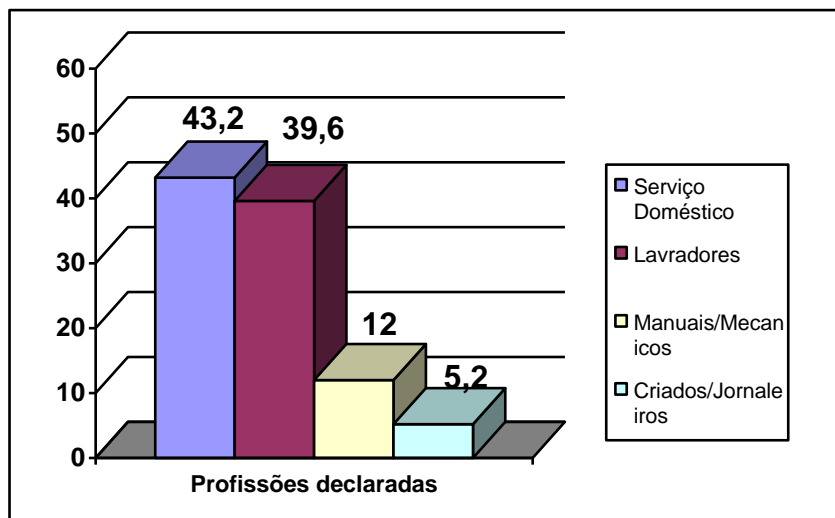
⁵⁹ BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protestos e fugas de escravos na província do Grão-Pará, 1840/1860. Topóï, Rio de Janeiro, 2001, p.90.

anteriormente sobre as atividades domésticas e urbanas de cativos e escravos fugidos e, também, com a seguinte afirmativa de Sampaio:

O setor que detinha o maior número de cativos estava ligado à agricultura. Esta constatação não poderia deixar de ser agregada à forte possibilidade de existir, no contexto do setor agrícola, mecanismos de acumulação que lhe permitia o acesso ao mercado para adquirir escravos. Essa situação persiste até meados da década de 50 indicando a possibilidade de uma capacidade relativa do setor agrícola em gerar renda suficiente para investir em uma mercadoria de alto custo que, contraditoriamente, não seria empregada na produção agrícola.⁵⁹

Os dados do Censo Geral de 1872 sobre a profissão declarada da população escrava da província no gráfico 06 também reiteram as afirmações acima. Um pouco mais de 43% dos escravos recenseados se ocupava de atividades domésticas, no que se segue pelas atividades de lavradores – como já foi defendido, não podemos descartar as atividades de agricultura de alimentos e coleta de produtos extrativos em pequenas e médias unidades de produção para o mercado interno ou de subsistência que poderiam ser combinadas com as obrigações dos negros ao ganho -, Mecânicos/manuais e Criados/Jornaleiros com 39, 12 e 5% respectivamente.

Gráfico 07: Escravos da Província do Amazonas: Distribuição por profissão declarada (1872)



⁵⁹ SAMPAIO, Patrícia Melo. Teias da Fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. *Mneme - Revista de Humanidades - Publicação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Caicó: UFRN-CERES, v.3, n.6, out./nov. de 2002, p.5.

Fonte: SAMPAIO, Patrícia M. M. Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Manaus: EDUA, 1997. Recenseamento Geral do Império de 1872.

Os dados da tabela 03 mostram que a maioria dos cativos foragidos apresentava sinais ou cicatrizes – que poderiam ser resultado de conflitos entre os próprios escravos (suas rivalidades africanas, diferenças de origem, língua, religião e demais conflitos do dia-a-dia). Não obstante essas querelas cotidianas que envolviam o contingente escravo, grande parte das violências físicas sofridas pelos escravos eram ocasionadas por punições e castigos - como exemplifica a quarta faixa –, demonstrando o ambiente de tensão em que os cativos domésticos se encontravam.

Tabela 3: MARCAS E SINAIS DOS CATIVOS

Marcas e Sinais	(%)
Condição dos dentes	26,4
Marcas de propriedade	2,9
Cicatrizes e Sinais	29,4
Marcas de Castigos	11,7

Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

O *Estrella do Amazonas* assim descreveu o escravo fugido do Padre Manoel Ignácio Rapozo residente em Tabatinga:

No fim do mez de maio do corrente anno fugio ao abaixo assignado da Villa de Silves o seu escravo por nome Pedro, com os signaes seguintes côr preto retinto, olhos pretos, tem signal nas costas de ser castigado, baixo, cheio de corpo, tem 35 annos pouco mais ou menos: foi escravo da fallecida D. Maria Ignacia Rapozo, de Cametá. Consta que está em Igarapé-Mirim em poder do Reverendo Padre Victorio Procópio Serrão do Espírito Santo (...) (...). Barra do Rio Negro 20 de julho de 1855.⁶⁰

⁶⁰ *Estrella do Amazonas*, 25 de Julho de 1855.

No dia 11 de maio de 1859, o *Estrella do Amazonas* publicava um anúncio de Júlio Pedroso, residente na Vila de Serpa, referente a fuga de seu escravo, apresentando os seguintes sinais do cativo:

Auzentou-se desta vila no dia 9 de março do corrente anno o preto Joaquim, escravo de Julio dos Santos Pedroso, levando uma montaria de Madeira Itauba com uma falca por banda. Os signaes são os seguintes: é alto e magro, anda compassado, idade 18 annos pouco mais ou menos, cor acafuzada; tem na cabeça duas cicatrizes, e outra no juelho da parte direita, fala manso (...) (...)Serpa 7 de maio de 1859.⁶¹

As cicatrizes, sinais e marcas descritas nos anúncios de fuga mostram um cotidiano de violências físicas e psicológicas. A falsa idéia de que escravos domésticos gozavam de uma escravidão mais complacente, se comparada com a escravidão das fazendas, cai por terra ao verificarmos esses dados. O ambiente doméstico não era um lugar de sinecuras. A proximidade com o senhor e a senhora (e seus filhos) aumentavam as possíveis situações de desagrado. Qualquer ato ou gesto que não fosse simpático aos senhores poderia ser motivo de castigo.⁶²

Partindo da perspectiva de que o escravismo criou um permanente ambiente de tensão e violência – tanto física quanto psicológica – é possível verificar a partir dos dados coletados alguns problemas em escravos relacionados a traumas físicos ou de ordem emocional. De acordo com a classificação de Amantino, consideramos como “traumas” as informações contidas nos anúncios referentes a feridas, mutilações, cortes e, também, as informações sobre problemas de ordem psicológica tais como “gagueira” ou problemas na fala. Como demonstra a tabela abaixo:

⁶¹ Idem, 11 de maio de 1859.

⁶² LAHON, Didier. Violência do Estado, Violência privada. O verbo e o gesto no caso português. In: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda (org). *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, pp.87-120.

Tabela 4: TRAUMAS DOS FUGIDOS

Traumas de ordem física ou psicológica.	(%)
Má formação dos membros	36,3
Psicológicas	27,3
Queimaduras, fraturas etc.	36,3

Fontes: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manaus* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

A escrava fugida da Cidade do Pará de nome Alexandrina apresentava má formação dos membros inferiores e problemas na fala. Segundo o seu senhor ela possuía um “nariz chato”, “pés bem crescidos”; era “vagarosa no falar que é um tanto fino”. O africano José fugido das propriedades de Marcos Antonio Rodrigues de Souza no dia 27 de julho de 1856, era magro e tinha uma “fala grossa e precipitada”. Seu companheiro de fuga, Manoel Preto, também africano, falava “atrapalhado” Problemas na fala de escravos africanos são sintomáticos do stress adquirido pelas dificuldades de adaptação e convivência. O oficial de olaria Raimundo, 40 anos de idade, mulato, fugia do distrito de Barcarena no Pará tendo como destino provável a cidade de Manaus. Enfrentou decerto grande dificuldade já que andava “sem muita firmeza no pisar”, resultado de uma fratura em uma das pernas.⁶³

As marcas de um cotidiano de lutas e violências aparecem de outras formas. Por exemplo, de acordo com a tabela 05, a maioria das lesões que afetavam os escravos se dava nas áreas dos membros inferiores, do tronco e da cabeça. Lesões nos olhos ou próximas a eles parecem ser freqüentes entre os escravos fugidos da região. Domingos, escravo do senhor Manoel Jacinto de Souza, “possuía um rosto comprido”, “olhos bastante brancos” com uma “cicatriz de um golpe

⁶³ Ver AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O universal” –1825 a 1832. *Lócus Revista de Historia, Juiz de Fora*, v.12, n.2, 2006, p.63. Os dados estão em: *Estrella do Amazonas*, 2 de agosto de 1856 e 30 de janeiro de 1858.

sobre um deles”, não sendo o bastante ainda era “zanfeto das pernas”. O escravo Hilário tinha problemas com os pés que eram pequenos, e ainda sofria com “corpo inclinado para um dos lados em consequência de uma fratura sofreu na espinha dorçal onde apresenta grossura bem visível”.

66

Tabela 5: MARCAS POR AREA DO CORPO

Área do corpo	(%)
Membros inferiores	26,3
Membros superiores	10,5
Cabeça	36,8
Tronco	26, 3

Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

A partir dos anúncios é possível visualizar também o porte físico dos escravos e elementos de sua aparência, ainda que filtradas pela percepção preconceituosa dos senhores.

Tabela 6: ASPECTOS FISICOS DOS FUGIDOS

Aspectos físicos	(%)
Boa aparência	13
Má aparência	3
Gordo	29
Magro	29
Cabelos	26

Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

Segundo Amantino, os proprietários estavam por vezes mais preocupados em atribuir aos escravos fugidos características “animalescas ou grotescas”, distanciando-os da natureza humana.

⁶⁶ *Estrella do Amazonas*, 25/08/1858 e 26/11/1862

O que nos leva a considerar nossas fontes não só como um esboço da realidade – produtos da percepção dos proprietários -, mas também como fragmentos de informações. Isto porque é muito provável que grande parte dos senhores apenas citasse nos anúncios as características de seus escravos que lhes pareciam mais relevantes para a captura do cativo.⁶⁸ Guardadas as limitações, seria possível arriscar não um, mas dois perfis para o fugitivo da região o que em nada nos ajudaria nesse momento, além de sinalizar que novos dados podem servir para dar maior precisão a esta possibilidade de leitura.

Tabela 7:ESTATURADOS FUGIDOS

Estatura	(%)
Alta	34,8
Regular	30,4
Baixa	34,8

Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manaus* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

A escrava de Joaquim Pinto das Neves, Benedita, “cheia de corpo” e com os “cabelos caxiados”, ainda que lhe faltassem os dentes na frente, possuía uma “cara rizonha”, dando um ar simpático a fugitiva. A escrava Joaquina, além de “faladeira”, era gorda e “bem parecida”. Raimunda, 24 anos, escrava de Manoel Sabino da Silva, era “crioula, um tanto baixa e bem figurada”, ainda que “bem humilde”, fugira da Vila de Óbidos, impondo limites à dominação e ao cativo. Forjando espaços de liberdade.

⁶⁸ AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no *Jornal do Comércio* (RJ) em 1850. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.14, n.4, p. 1383.

3.4 Dos espaços compartilhados: escravos, gentios e africanos nas seções policiais...

*No entanto, uma cidade escravista não poderia ser efetivamente uma cidade sem feitores (...) Cada um deles [os homens livres] era o feitor de todos os outros. Feitor é aquele que se investe de autoridade senhorial*⁶⁹.

José Roberto Góes.

Nenhum registro ou vestígio sobre feitores ou capitães de mato foi encontrado nos jornais trabalhados. Ausência curiosa e intrigante. Segundo Goulart, se a fuga fazia parte do cotidiano da escravidão o mais previsível seria, portanto, que houvesse a figura “de indiscutível realce na constelação dos tipos humanos criados pelo regime escravista, e inteiramente ligado ao complexo da fuga de escravos” que é o capitão do mato. Afinal, como sugere Goulart, seu ofício resultou da “imperiosa necessidade de capturar escravos fugidos, não só para fazê-los retornar à posse e aos serviços de seus senhores, como para reprimir suas constantes e perigosas tropelias”.⁷⁰

No entanto, a prática de recompensar aqueles que denunciassem ou mesmo capturassem escravos fugidos parecia freqüente. A quantia geralmente oferecida era alta: 100.000 réis. Apenas à captura de um escravo foi oferecida uma quantia maior – o montante de 300.000 réis. O fugitivo merecedor de tal quantia atendia pelo nome de João e se ocupava de “negociar no Rio Madeira”. Era escravo de Joaquim do Rego Barros. Em fevereiro de 1858 o escravo João foi negociar no dito rio sob a direção de Raphael Bento Carolino que possuía sociedade com a esposa de Joaquim do Rego Barros no tal negócio. O fato é que Raphael – contrariando as ordens

⁶⁹ GOES, José Roberto. *Escravos da paciência. Estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*. Tese de doutorado apresentada ao PPGHIS-UFF. Niterói: UFF, 1998, p.151, apud FERREIRA, Roberto Ferreira Guedes. *Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. In: FLORENTINO, Manolo (org.) *Trafico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.249.

⁷⁰ GOULART, José Alípio. *Opus cit*, p.77.

da esposa do senhor Joaquim - voltou para Manaus sozinho, deixando João no Rio Madeira em um lugar chamado “lago do Antonio” sob “fúteis pretextos”.⁷¹

A publicação de valores para recompensar os denunciantes ocorreu efetivamente em um pouco mais de 22% dos anúncios coletados. Será lícito supor que esse número reduzido de anúncios em que aparecem publicados os valores de recompensa seja um indicador de que a atividade de capitão do mato era senão inexistente pouco freqüente para o Amazonas? Fica a questão. Mas, se considerarmos uma resposta afirmativa para esta pergunta teremos outro problema: quais mecanismos foram utilizados pelos senhores de escravos para controlar seus cativos fugidos no Amazonas?

A historiografia tem revelado que durante todo o século XIX o uso do aparelho policial por parte dos proprietários para o controle não só de escravos fugidos, mas de africanos e negros livres, foi intenso. Dessa maneira, o controle social e espacial dos trabalhadores nas cidades foi crescentemente assumido por esse braço da administração pública.

O tema do controle social dos escravos suscita um intenso debate historiográfico. A questão central reside no conflito existente entre o poder privado e o poder público no controle dos cativos. Ou seja, até que ponto a repressão policial aos cativos (Estado), sobretudo aos fugitivos, se sobreporia às relações senhor-escravo (relações de cunho Privado)? A quem caberia o controle da escravaria?

Essas são questões longe de serem solucionadas. De todo modo, seguimos a avaliação de Roberto Ferreira quando diz que a “essência da autoridade pessoal continuou dominante, porém

⁷¹ *Estrella do Amazonas*, 25/05/1859.

há algo a lhe adicionar, no sentido de que a atuação do Estado e de terceiros na relação escravo-senhor foi uma possibilidade (...), mas sem que tenha substituído o poder senhorial”.⁷²

Segundo Chalhoub, por um lado o meio urbano passou a paulatinamente esconder as condições sociais dos negros diluindo fronteiras entre escravos, forros e libertos; por outro, essa mesma cidade que escondia os cativos fugidos ensejou a “construção da cidade que desconfiava e que para desconfiar transformava todos os negros em suspeitos”. Acompanhando as informações publicadas nos jornais nas “seções e extratos policiais” podemos visualizar esse movimento de “desconfiança”, bem como identificar alguns padrões de crime cometidos na Província não só por escravos, mas também por Africanos livres, livres africanos e indígenas.⁷³

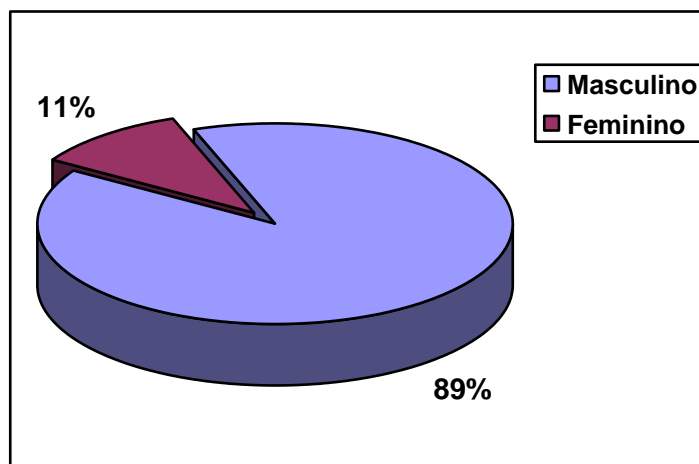
O gráfico 08 revela que a grande maioria dos presos era do sexo masculino. O número de 11% para mulheres presas revela a predisposição das mesmas em compartilhar os espaços de “vadios e criminosos” da cidade. No dia 26 de setembro de 1859, o chefe de polícia da capital mandava prender por “crime de envenenamento” o cafuzo de nome Nicolau e a escrava Raimunda. No dia 26 de março de 1865, a “mulher” Antonia Lopes da Silva foi presa “por briga” juntamente com Firmino da Silva e o Africano livre Sergio, ambos embriagados. Por embriaguez também foram presos o Africano Livre Domingos Meira (Mina?) e Maria. No dia 07 de Abril de 1865, por ordem do subdelegado da capital foram presas Hilária Maria da Conceição, Domicilia Maria da Conceição, e Lourença Maria Romana, todas por embriaguez.⁷⁴

⁷² FERREIRA, Roberto Ferreira Guedes. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.) *Trafico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.249.

⁷³ CHALHOUB, Sidney. Medo Branco de Almas Negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo. V.8, n.16, p.91.

⁷⁴ Estrella do Amazonas, 8/10/1859; *O Catechista*, 1/04/1865, 15/04/1865.

Gráfico 08: Prisioneiros em Manaus: Distribuição por Sexo



Fonte: Extratos policiais dos jornais *Estrela do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

Na primeira semana do mês de maio de 1865, o subdelegado de policia da capital ordenou a prisão de um “boliviano” de nome Evaristo por “infração de posturas” juntamente com José Miguel, o africano Jeremias e mais as escravas Maria Raymunda, Maria Casimira e Hermelinda - todos por “briga”. Na semana seguinte foram presos Antonio José de Carvalho, Manoel José de Faria Vieira e Leonor Maria Raimunda por cometerem “ferimentos e brigas”. Na mesma ocasião, a escrava de nome Domingas foi presa por ter dado uma “bofetada” em um menor de idade.⁷⁵

Os dados revelados no Gráfico 09 vêm reiterar para o Amazonas o argumento da “suspeição” generalizada que recaía sobre os africanos e afro-descendentes no que diz respeito ao controle social das áreas urbanas. O que nos parece um problema novo é a efetiva participação dos escravos e africanos na construção sócio-cultural de Manaus em meio ao conflito, posto pela historiografia, entre o projeto de cidade idealizado pelas elites locais e os costumes indígenas que formavam a maioria da população da cidade. Ou seja, por um lado os espaços da cidade não pertenciam a majoritária população indígena da Província e, por outro, as experiências cotidianas,

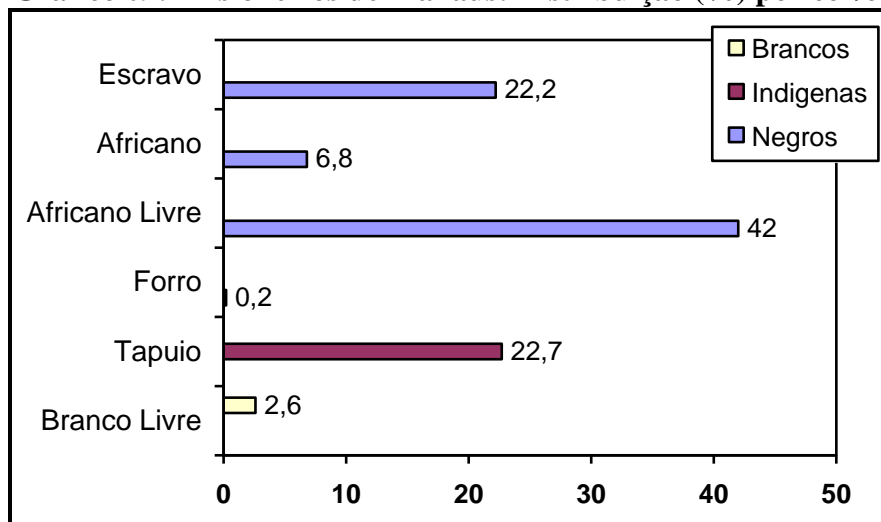
⁷⁵ *O Catechista*, 13/05/1865, 20/05/1865.

costumes e práticas de escravos, africanos e negros livres importunaram sobremaneira as autoridades locais.

De acordo com o censo de 1872 a população de Manaus era formada por quase 3 mil pessoas classificadas como “brancas”, um pouco mais 1.800 classificadas como “pardas” (sendo que destas 147 eram escravas), quase 800 pessoas classificadas como “pretos” (e destes, 231 escravos), e por mais de 12 mil pessoas classificadas como “caboclos”. A diferença é gritante.

Não obstante a discrepância numérica de uma população que parecia ser o maior impedimento à modernização da cidade em relação às demais “cores” da paisagem social de Manaus, mais de 71% da ação policial atingia africanos e afro-descendentes da região.

Gráfico 09: Prisioneiros de Manaus: Distribuição (%) por cor/condição



Fonte: Extratos policiais dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

Freqüentemente, as delegacias de polícia publicavam avisos nos jornais advertindo sobre os horários permitidos a escravos e pessoas livres para transitar nas ruas da cidade. Em 1º de junho de 1861, o edital de José Miguel de Lemos, subdelegado suplente, dizia:

Pela subdelegacia de policia desta cidade se previne á todos aqueles a quem interessar possa, que não é permittido andar pelas ruas desta capital depois das 3 horas da noite os escravos, sem bilhete de seus senhores e os marinheiros de

bordo dos vapores, sob pena de serem recolhidos a custodia; outrossim que as lojas e tabernas deverão ser pontualmente fechadas às 9 horas da noite na forma da lei.⁷⁶

Semelhante ordem foi passada ao Chefe de Policia pelo Presidente da Província no dia 20 de outubro de 1861. Em officio publicado no *Estrella do Amazonas* de 26 de outubro, o presidente dizia:

Ao chefe de policia, para expedir as convenientes ordens afim de que os africanos livres, que forem encontrados nas ruas desta cidade depois das oito horas da noite sejaõ detidos na cadêa até amanhã do dia seguinte, em que deverão ser apresentados ao director das obras publicas para serem empregados no serviço.⁷⁷

Um ano depois, o deslocamento dos escravos e o modo como os proprietários deveriam gerenciar esse deslocamento continuava a ser uma preocupação constante para as autoridades policiais da Província. Nesse sentido, o subdelegado de policia de Manaus, avisava:

Os escravos, que forem encontrados de noite desde o toque de recolher até ao de alvorada, amontados de seus senhores, sem bilhete destes, datado, e assignado, com declaração do nome do escravo, ou sem lanterna, facho, ou archote, serão conduzidos de baixo de prizão a presença da autoridade competente, e os senhores incorrerão na multa de dois mil réis, ou hum dia de prizão.⁷⁸

É possível argumentar que essa preocupação constante e a sistemática veiculação nos jornais de medidas policiais para a manutenção da “ordem” e do controle não só da escravaria, mas também de africanos livres seja um indicativo da ineficácia de tais medidas. José Maia diz o mesmo para a legislação paraense que visava controlar e reprimir as fugas escravas e a formação de comunidades de fugitivos e nos lembra que diante da ineficácia da legislação não havia outra

⁷⁶ Estrella do Amazonas, 1/06/1861.

⁷⁷ Idem, 26/10/1861.

⁷⁸ Idem, 8/02/1862.

alternativa para “os guardiões da hierarquia social e preservação do direito de propriedade, senão a pronta repressão policial ao menor sinal de rebeldia escrava”.⁷⁹

Mais uma vez o “medo branco” pairava sobre os governantes da cidade. Segundo Flavio Gomes, desde o período colonial a legislação silenciava em relação aos direitos civis de negros livres. Essa ação “discriminatória”, como sugere Gomes, acompanhará as ações policiais no sentido de controlar as perigosas movimentações de homens livres de cor, soldados desertores e, sobretudo, de quilombolas.⁸⁰

A tabela 08 foi organizada a partir das categorias e dos tipos de crime que apareceram nos próprios extratos policiais dos jornais. Para elaborar a amostra abaixo descartamos as ocorrências de prisões para as quais não são informadas as categorias dos indivíduos (se Escravo ou Indígena, por exemplo). De acordo com os dados abaixo, os escravos eram presos principalmente pelos motivos seguintes: “requisição dos senhores”, “correção”, “embriaguez” e por andarem fugidos. Os Africanos livres são presos, por seu turno, em sua grande maioria por “embriaguez”, “a requisição” dos administradores públicos, “briga” e “correção”. Tapuios (indígenas e gentios) parecem ter acompanhado bastante escravos e africanos nas prisões por embriaguez.

Os escravos Satiro e Cyriaco foram presos a mando do subdelegado do distrito de Silves por estarem fugidos em 8 de novembro de 1858. Em 4 de janeiro de 1859, o escravo João Batista de Pedro Moraes Bitancourt foi preso por andar fugido no distrito de Maués. O escravo Felipe foi preso no dia 11 de junho de 1859 foi preso por estar em fuga e uma semana depois foi preso novamente à requisição do seu senhor. No dia 14 de dezembro de 1859 o escravo de nome Manoel foi preso à requisição de seu senhor o Capitão José Miguel de Lemos. No dia 22 do

⁷⁹ BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protestos e fugas de escravos na província do Grão-Pará, 1840/1860. *Topóti*, Rio de Janeiro, 2001, p.78.

⁸⁰ GOMES, Flavio dos Santos. Em torno dos bumeranges: outras histórias de mocambos na Amazônia Colonial, *Revista da USP*: São Paulo, n.28, p.52.

mesmo mês o escravo Raimundo foi preso para sofrer correção sob as ordens do subdelegado de policia. O cativo Manoel Theodoro foi preso em plena tentativa de fuga no dia 25 de dezembro de 1859⁸¹.

A frequência das prisões de escravos que estavam fugidos demonstra o esforço das autoridades e dos senhores de escravos em combater e repreender a fuga dos cativos. No entanto, a fuga do cativo em si mesma não era crime. Por outro lado, o acoutamento de escravos era considerado pratica criminosa e veementemente recriminada pela opinião pública, como já vimos no caso de Ignez, Manoel, Felipe, José e Luzia em Silves. Essa aparente contradição pode ser resultado da percepção dos proprietários de que a fuga era um instrumento político inerente aos processos de negociação entre escravos e senhores.

Segundo José Maia, a “não criminalização da fuga podia representar a compreensão senhorial da mesma enquanto parte das relações sociais estabelecidas sob o regime da escravidão, essencialmente marcadas como relações diretas e pessoais entre senhores e escravos”. Em janeiro de 1859, a senhora Maria Madalena do Espírito Santo publicava um aviso no *Estrella do Amazonas* a respeito de hipotética venda de seu escravo de nome Joaquim. Com a morte do seu marido D. Madalena estava cuidando dos processos de partilha dos bens com seus filhos. Dentre os bens estava Joaquim. Em pleno processo de partilha D. Madalena recebeu uma proposta de compra do escravo Joaquim por Bernardo Antonio Dias Ferreira que lhe ofereceu a significativa quantia de 700 mil réis.

O argumento que Bernardo utilizou para comprar o escravo é esclarecedor. Segundo Bernardo, o “escravo fugiria s’ella não o vendesse”.⁸² Fica difícil atestar se Joaquim chegou realmente a demonstrar interesse ou não em ser vendido ou se esta possibilidade não passou de

⁸¹ Estrella do Amazonas, 09/03/1859, 25/06/1859, 09/07/1859, 11/01/1860.

⁸²Idem, 1/01/1859.

uma estratégia de Bernardo para convencer D. Madalena em vender o cativo. O fato é que ao ultrapassar essa camada de interesses não é difícil identificar um espaço de negociação nas relações entre senhor e escravo que é justamente a possibilidade dos cativos de impor através da fuga as suas vontades sobre o seu destino diante de uma possível venda.

Embriaguez, Brigas e Requisições parecem ter unido escravos, africanos e indígenas na cidade de Manaus. Seja na solidariedade ou no conflito, essas prisões revelam o quanto havia de predisposição desses sujeitos em compartilhar os mesmo espaços. As relações estabelecidas entre escravos, africanos e indígenas nas ruas da cidade se intensificavam na cadeia publica da capital. Experiências de resistência e luta, de estratégias, de visões de mundo, de idéias políticas e outras mais vivências do cotidiano entre brancos pobres, negros forros, escravos, marinheiros desertores e africanos teve um importante espaço de intercâmbios facilitador: a cadeia.

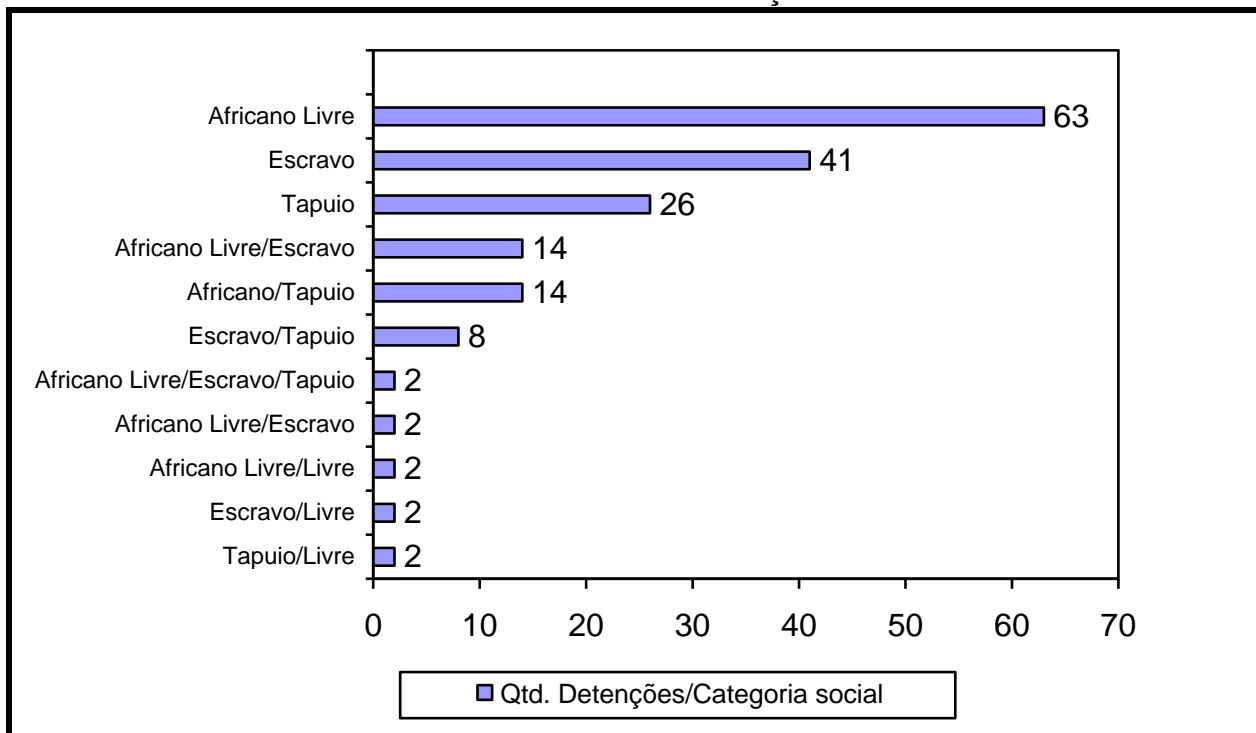
Em 1857, segundo a fala do presidente da província dirigida a assembléia, o Amazonas contava com apenas uma cadeia publica, situada na capital, e para os outros lugares da província casa alugadas “que não offerecem segurança” serviam de prisões.⁸³ O estado precário das cadeias da província parece não ter modificado. Dizia o relatório do presidente da província apresentado a Assembléia em setembro de 1858 que o estado das cadeias “são miseráveis casebres sem segurança nem comodidade”. Segundo o mesmo relatório, a cadeia da capital não estava nas “condições promettidas pela Constituição” e sequer tinha lugar de habitação para os carcereiros.⁸⁴

O quadro de miserabilidade e insegurança parece não mudar nos anos subseqüentes e foi sob essas condições insalubres que esses sujeitos compartilharam seus dias de prisão.

⁸³ Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, 1/10/1857.

⁸⁴ Relatório do Presidente da Província, 7/09/1858.

Gráfico 10: Ocorrências de Prisão /Condição social em Manaus



Fonte: Extratos policiais dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

O gráfico 10 nos mostra a quantidade de prisões que permitiram o contato entre categorias sociais por vezes distintas na cadeia da província. O cotidiano das detenções intensifica nas cadeias um processo de convivência existente em vários espaços da cidade, seja nos postos de trabalho, nos “cambembes alugados”, nas tabernas, nas igrejas ou em outro lugar qualquer. Africanos livres conviveram na cadeia pública da cidade em 63 ocasiões.

Do mesmo modo Escravos e Tapuios em 41 e 26 oportunidades, respectivamente. Em 14 oportunidades, Africanos Livres e Escravos, bem como Africanos Livres e Tapuios dividiram não só o mesmo espaço físico, mas também suas realidades sociais. Cabe lembrar, de acordo com José Maia, que esses espaços de convivência “cadenciavam-se por relações complexas de

camaradagem e conflito, nas quais forjavam-se alianças e inimizades, pactuavam-se parcerias e ocorriam rupturas”.⁸⁵

Tabela 08: MOTIVO DAS PRISÕES.

MOTIVOS	LIVRE									ESCRAVO	TOTAL*
	BRANCO LIVRE	GENTIO	INDIO	TAPUIO	FORRO	AFRICANO LIVRE	AFRICANO	MENOR	EDUCANDO	ESCRAVOS	
À requisição						27		1		42	70
Acoitamento de escravos			1			1	1				3
Ameaças				2					4		6
Andar fora de hora										2	2
Averiguações	2			8		9				1	20
Briga			1	4		11	4			2	22
Correção						27	2			10	39
Crimes contra a segurança individual e propriedade privada	2	1		7		3		1		1	15
Desordem e desobediência				2		2					4
Embriaguez	3		18	35	1	65	20	1	1	9	153
Ferimentos	1			1		5					7
Indagações			1	4		3				2	10
Indiciamento				1						1	2
Infração de posturas				2							2
Insultos								1		2	3
Andar fugido ou referente a fuga										16	16
Outros crimes*						2				1	3

* “Violências para fins libidinosos”, “jogos proibidos” e “outros crimes”.

Fonte: Extratos policiais dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870).

⁸⁵ BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protestos e fugas de escravos na província do Grão-Pará, 1840/1860. *Topói*, Rio de Janeiro, 2001, p.

Em Silves, os escravos Benedicto e Venancio foram presos por estarem fugidos. Por briga, foram presos o Africano livre Antonio dos Santos e Maria dos Santos. Por estarem embriagados e para averiguações foram presos os Africanos livres Onorato Angolla, Estevão Angolla, Leonardo Angolla, Roberto Benguella, Constantino Angolla, Antonio Pedro, Manoel Benguella, Mathias Calaba (Calabar?), Vicente Congo, Braz Congo. O tapuio Marcolino foi preso para averiguações no assassinato do cafuzo liberto de nome Antonio de que era acusado de ser autor. No dia 20 de março de 1862 o tapuio João Francisco de 20 anos, o “mameluco” José Serrão de Castro, de 30 anos, e o Africano Livre Sipriano foram presos por embriaguez. Por estarem embriagados e saírem assoviando pela cidade, foram presos os Africanos Livres Simão Pinto e Militão; no mesmo dia foi preso por “ofensas phisicas leves” Silvestre Geraldo, branco, casado, com idade de 35 anos.

Os Africanos Livres Joaquim e João protagonizaram uma briga com o índio Manoel Antonio e por isso foram recolhidos à cadeia publica sob a ordem do subdelegado de polícia. No dia 17 de novembro de 1862 o escravo de nome Albino tentou fugir com a conivência do tapuio Manoel Bernardino e acabaram os dois presos. No dia 28 de setembro de 1863, o índio Bento Antonio da Silva foi preso para prestar esclarecimentos sobre a acusação que lhe faziam de ter “sedusido e levado para fora desta cidade uma escrava de Thomaz de Aquino”. No dia 4 de novembro de 4 de dezembro de 1865 foi preso o africano Affonso “por constar ter acoutado em sua casa” o soldado desertor do corpo de artilharia de nome Francisco de Paula Azevedo.⁸⁶

⁸⁶ Estrella do Amazonas, 6/11/1858, 5/02/1862, 5/03/1862, 12/04/1862, 18/10/1862, 22/11/1862, 10/12/1862, 10/10/1863, 5/12/1863

Compartilharam um bom tempo na cadeia da cidade os africanos Braz, Potarzio, Affonso e as índias Maria e Mônica por embriaguez e briga.⁸⁷No dia 17 de julho de 1870, foram presos o português Luiz Alves Simões e o escravo Florindo, ambos por embriaguez.⁸⁸

Terminar com algumas dessas histórias parece o mais adequado. Histórias que, outrora silenciadas, nos mostram um cotidiano permeado de conflitos e solidariedades, acordos e desacordos, camaradagens e rupturas. Histórias que, na verdade, são outras faces da mesma resistência.

⁸⁷ *O Catechista*, 6/05/1865.

⁸⁸ *Commercio do Amazonas*, 20/07/1870.

4. CONCLUSÃO

Ao longo de seu desenvolvimento, o presente trabalho pretendeu ser ao mesmo tempo um esforço de contestação e de contribuição. Contestação à uma visão que relega ao escravo a capacidade de discernir seus próprios caminhos, suas próprias vontades. Uma visão que negligenciou o papel de sujeitos construtores de estratégias que visavam diminuir as agruras sob as quais estavam submetidos no cotidiano da escravidão. É certo que as “condições terrificantes” existiram, mas não produziram seres anômalos e débeis como sugere, por exemplo, Goulart. De modo algum negamos as “violências” do sistema escravista ou tratamo-las como exceção – como fez Gilberto Freyre. Aliás “contemporizações” dos “benévolos senhores” foi o que realmente não ocorreu no Amazonas. Basta que se verifiquem os dados sobre as marcas e sinais dos cativos fugidos. Nem tampouco se pode enxergar os escravos como simples objetos reativos às ações violentas dos senhores, como simples “coisa” que só demonstra movimento ao sofrer algum tipo de intervenção.

Um esforço de contestação também foi feito às leituras regionais que reduziram a trajetória de africanos e afro-descendentes vindos para cá à simples “contingente irrelevante para a economia local”. Como se toda a importância que carrega a vida humana fosse mensurada pela quantidade de trabalho ou produção econômica realizada pelos indivíduos para determinada sociedade.

Com o objetivo de recuperar os fios que forjaram o tecido de experiências da vida dos escravos fugidos da região, construímos os seus perfis, identificamos suas estratégias de fuga e de negociação, suas intenções, suas variadas formas de fazer política.

E aqui começa o nosso esforço de contribuição. Revelar que os fugitivos escravos faziam política ao fugir em idade de pleno vigor físico e no auge de seu potencial de trabalho. Ou ainda

nas fugas para a reconstrução de laços familiares. Ou quando fugiam para evitar uma possível venda e todos os transtornos que ela acarretaria – renegociar todos os aspectos da vida cotidiana, por vezes sob condições mais difíceis. Todos esses aspectos revelam mais do que o “não quero” dos escravos, revelam também os seus querereres. E seus querereres estavam nas ruas da cidade. Desempenhavam as atividades de vendedeiras, lavadeiras, sapateiros, passadeiras e outras mais que pudessem inventar. E quando não, estavam pelos subúrbios da cidade. Nos Remédios, no Itamaracá, nas travessas da cidade importunando a “ordem pública”, forjavam os limites da dominação senhorial. Aliás, a análise preliminar dos extratos policiais da província do Amazonas é sintomática da capacidade dos escravos de articularem, com outros setores da sociedade, suas experiências de luta e de visões políticas. As desigualdades e hierarquias constantemente reiteradas em cidades pequenas como Manaus viram no “perambular vadio dos seus cativos” as suas limitações. No entanto, tanto os anúncios quanto as seções policiais guardam as suas limitações. Os extratos policiais, porque tratam de um modo generalizado as ocorrências criminais; os anúncios porque não permitem saber mais sobre a vida do fugitivo depois da fuga.

De qualquer maneira, é possível afirmar que esse esforço de manutenção da ordem pública pelo aparato policial acabou intensificando os contatos entre categorias sociais distintas fomentando a construção de um universo social bastante peculiar para o Amazonas ao unir escravos, forros, africanos livres, indígenas e brancos pobres sob a mesma repressão. O papel da imprensa local é importantíssimo nesse processo de coibir os movimentos escravos. A veiculação de ordens dos chefes de polícia, de artigos relacionados a “moral e bom costume” da cidade, de avisos policiais sobre o “vagar” dos cativos revelam uma sociedade extremamente preocupada com as possíveis “insurreições” dos negros da cidade. Cabe lembrar que o significativo número de detenções que acometeu a população de cor da cidade vem solapar o argumento de que a

escravidão no Amazonas fora qualquer coisa de complacente justamente pelo reduzido contingente escravo.

As fugas se inserem nesse contexto. Uma cidade pequena com poucos escravos que, em decorrência de intensos processos de modificação do espaço urbano, de incremento populacional, de circulação de pessoas e mercadorias, do ir e vir de trabalhadores marítimos, de desertores e fugitivos vindos nos inúmeros vapores terminou por criar um espaço propício para as fugas.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Nº	Descrição	Ago 2008	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2009	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
01	Identificação das fontes, seleção dos jornais, elaboração e teste da ficha de coleta de dados.	R	R										
02	Atualização bibliográfica	R	R	R	R	R			R	R	R		
03	Coleta de dados		R	R	R	R	R	R					
04	Apresentação oral				R								
05	Análise da Documentação			R	R	R	R	R	R	R	R		
06	Preparação de Relatório Parcial					R	R						
07	Redação do Relatório Final										R	R	R
08	Elaboração do resumo e Relatório Final											R	
09	Preparação da Apres. Final para o Congresso												R

6. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENDAP – Centro de documentação e apoio à pesquisa do PPGSCA/UFAM

R-108-52; R-108-53; R-108-46.(rolos de microfilme)

AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do jornal “O Universal” -1825 a 1832. *Lócus Revista de Historia*, Juiz de Fora, v.12, n.12, pp.59-74, 2006.

_____. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Comércio (RJ) em 1850. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.14, n.4, out.-dez.2007, pp. 1377-1399.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A Escravidão miúda em São Paulo Colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). Brasil: Colonização e Escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protestos e fugas de escravo na Província do Grão-Pará, 1840/1860. *Topói*, Rio de Janeiro, 2001, pp.73-112.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Escravos em anúncios de jornais brasileiros do século XIX: discurso e ideologia. *Estudos Lingüísticos XXXIII*, São Paulo, pp.694-700, 2004.

CECIM, Vicente. *Viagem a Andara, o livro invisível*. São Paulo: Iluminuras, 1988.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. *Visões da Liberdade. Uma historia das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de medicina popular*. 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

COUTO, Mia. *Ultimo vôo do flamingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERREIRA, Roberto Ferreira Guedes. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.) *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 229-283.

FUNES, Eurípedes A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”: Historia e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: historia dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOES, José Roberto. *Escravos da paciência. Estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*. Tese de doutorado apresentada ao PPGHIS-UFF. Niterói: UFF, 1998.

GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro; Conquista, INL, 1972.

GOMES, Flávio dos Santos. “Jogando a Rede, Revendo as Malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996.

_____. *A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed UNESP/Polis, 2005.

LAHON, Didier. Violência do Estado, Violência privada. O verbo e o gesto no caso português. In: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda (org). *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, pp.87-120.

MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo – SP. V.8, n.16, mar.88/ago.88, pp.143-160.

PESSOA, Fernando, 1888-1935 *Livro do Desassossego: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa / Fernando Pessoa*; organização Richard Zenith. - São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

QUEIROZ, Jonas Marçal. Trabalho escravo, imigração e colonização no Grão-Pará. (1877-1888). In: QUEIROZ, Jonas Marçal & COELHO, Mauro Cezar. *Amazônia, Modernização e Conflito (século XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

REIS, Arthur C. F. O negro na empresa colonial portuguesa. In: REIS, A. C. F. *Tempo e Vida na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965. Série Alberto Torres, Vol. 03.

REIS, João José. Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp.13-21.

SAMPAIO, Patrícia M. M. *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*. Manaus: EDUA, 1997.

_____. Teias da Fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. *Mneme - Revista de Humanidades - Publicação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Caicó: UFRN-CERES, v.3, n.6, out./nov. de 2002.

_____. Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano. 3º *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil*

Meridional Anais [do] II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional [recurso eletrônico] / 2005.

SANTOS, F. J. *et alli* (orgs.). *Cem anos de Imprensa no Amazonas: catalogo de jornais (1851-1950)*. 2ª ed. Revisada. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1990.

SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: Reis, João José & Silva, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp.62-78.

SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo, v.8, n.16, mar.88/ago.88, pp.107-142.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano e GOMES, Flávio dos Santos. Negras Minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2007, pp.191-224.